

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI
BIBLIOTECONOMIA

Camila de Castro Mourão

**Descarte de materiais em Bibliotecas Públicas do Rio Grande
do Sul: caso de municípios com mais de 100 mil habitantes**

Rio Grande

2013

Camila de Castro Mourão

Descarte de materiais em Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Sul: caso de municípios com mais de 100 mil habitantes

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Biblioteconomia Bacharelado da Universidade Federal do Rio Grande como requisito básico para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientação: Professor Rodrigo Aquino de Carvalho

Rio Grande

2013

Camila de Castro Mourão

Descarte de materiais em Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Sul: caso de municípios com mais de 100 mil habitantes

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Biblioteconomia Bacharelado da Universidade Federal do Rio Grande como requisito básico para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Professor Rodrigo Aquino de Carvalho

Banca examinadora

Rodrigo Aquino de Carvalho – ICHI/FURG

Renata Braz Gonçalves – ICHI/FURG

Dóris Fraga Vargas – Pref. Mun. de Capão do Leão

A Deus, por ser minha fortaleza.

A meus pais e irmão, razão da minha existência.

A meu noivo por iluminar os meus dias.

Agradecimentos

A toda minha família, pela confiança e motivação em toda trajetória percorrida nesses anos de graduação em busca de novos conhecimentos e novas experiências. Obrigada por fazerem de meus sonhos seus sonhos e de minhas vitórias suas vitórias. Por proporcionarem uma família na qual sempre posso contar, e um lar seguro que sempre me acolhe em momentos de dificuldade ou tensão.

Aos colegas, pelos momentos compartilhados e pela força e incentivos dados ao longo dos quatro anos de curso.

Aos amigos que sempre torceram pelo meu sucesso estando longe ou perto.

Aos professores da FURG que destinaram seu tempo, suas experiências e seus conhecimentos à minha formação acadêmica e aperfeiçoamento pessoal, em especial ao Professor Orientador Rodrigo Aquino, pela dedicação em todas as etapas deste trabalho, sem deixar de lembrar e citar a Professora Maria de Fátima dos Santos Maia que deu o pontapé inicial para que essa pesquisa se concretizasse.

Aos profissionais entrevistados, pela concessão de informações importantes para a realização deste estudo.

Aos membros da banca examinadora que aceitaram avaliar e contribuir com isenção, respeito e profissionalismo.

A todos que, de algum modo, colaboraram para a realização e finalização deste trabalho.

Serei eternamente grata a todos que direta ou indiretamente contribuíram para minha formação profissional e efetivação desse sonho.

“Qualquer trabalho científico, qualquer descoberta,
qualquer invenção é um trabalho universal.
Ele está condicionado, em parte
pela cooperação de contemporâneos,
em parte pela utilização
do trabalho de seus predecessores.”
KARL MARX

MOURÃO, Camila de Castro. **Descarte de materiais em Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Sul: caso de municípios com mais de 100 mil habitantes**. Rio Grande, 2013. 71 f. Monografia (grau de Bacharel em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Rio Grande – FURG.

RESUMO

A pesquisa refere-se às políticas de desenvolvimento de coleções em bibliotecas públicas do Rio Grande do Sul, dando ênfase a etapa de descarte. Teve como principal objetivo investigar sobre a metodologia adotada nas atividades de descarte de materiais dessas bibliotecas. Para que fosse possível alcançar tal objetivo, empregou-se técnicas de pesquisas sociais, com a utilização de questionário como instrumento de coleta de dados, encaminhado para 42 unidades inseridas em 18 municípios via correio tradicional e correio eletrônico. Através do retorno de 22 questionários, os resultados obtidos apontaram que há bibliotecários na maioria das bibliotecas públicas questionadas, entretanto ainda são poucas que possuem um documento formal indicando diretrizes ou procedimentos que sirvam de orientação e suporte para o desenvolvimento de coleções, mas mesmo assim existe o descarte nessas instituições na maioria delas os materiais mais descartados são as revistas e os livros, posteriormente doados para usuários ou enviados para outras bibliotecas. Conforme respostas obtidas, os profissionais mais envolvidos nessa etapa são os responsáveis principais da unidade como diretor, presidente ou coordenador das instituições. Referente a vantagens e desvantagens da utilização de uma política de descarte de materiais identificou-se que o uso de um documento formalizado traz mais vantagens, pois é possível estabelecer regras e diretrizes que serão seguidas como forma de manter um padrão nas unidades.

Palavras-chave: Biblioteconomia; Desenvolvimento de coleções; Descarte de materiais; Biblioteca Pública.

ABSTRACT

The research concerns the development policies of collections in public libraries in Rio Grande do Sul, emphasizing the disposal stage. Aimed to investigate the methodology adopted in the activities of disposal of materials from these libraries. For it to be possible to achieve this goal, we used social research techniques, using a questionnaire as a tool for data collection, sent to 42 units in 18 municipalities entered via snail mail and email. Through the return of 22 questionnaires, the results showed that there are librarians in most public libraries questioned, however there are few that have a formal document indicating guidelines or procedures that serve as guidance and support for collection development, yet there discarding these institutions in most of them discarded materials are more magazines and books, later donated to libraries or other users. As responses, the professionals involved in this step are the principals of unity as director, president or coordinator institutions. Regarding the advantages and disadvantages of using a policy of disposal of materials identified that the use of a formalized document brings more advantages as it is possible to establish rules and guidelines that will be followed in order to maintain a standard units.

Keywords: Librarianship; Collection development; Dispose of materials; Public Library.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Processo de desenvolvimento de coleções	17
Figura 2 – Aspectos operacionais da tomada de decisão na atividade de desenvolvimento de coleções – Klaes 1993	18
Figura 3 – Fluxograma para avaliação de acervos	24

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de bibliotecas participantes da pesquisa e seus respectivos municípios	34
Gráfico 2 – Existência de Profissional Bibliotecário	35
Gráfico 3 – Cargo do respondente do questionário	36
Gráfico 4 – Existência de política de descarte ou de desenvolvimento de coleções	36
Gráfico 5 – Responsável pela decisão de descarte de materiais	39
Gráfico 6 – Aumento do descarte de livros após a Lei nº 10.753/2003	42
Gráfico 7 – Caso de descarte indevido ocorrido na biblioteca	43

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 –	Vantagens e desvantagens da existência de políticas	37
Quadro 2 –	Motivos de não possuir uma política formal de descarte e/ou desenvolvimento de coleções	38
Quadro 3 –	Cidades do interior x Região Metropolitana de Porto Alegre	45
Tabela 1 –	Critérios utilizados para o descarte de materiais	39
Tabela 2 –	Material mais descartado nas bibliotecas	40
Tabela 3 –	Práticas mais realizadas no descarte de materiais nas bibliotecas	41
Tabela 4 –	Existência do Profissional Bibliotecário x Municípios	45
Tabela 5 –	Existência de política x Municípios	46
Tabela 6 –	Aumento no descarte após a lei x Municípios	46
Tabela 7 –	Existência do Bibliotecário x Existência de política	47
Tabela 8 –	Existência do Bibliotecário x Critérios para descarte	47
Tabela 9 –	Existência do Bibliotecário x Materiais mais descartados	48
Tabela 10 –	Existência do Bibliotecário x Práticas adotadas para o descarte .	48
Tabela 11 –	Existência do Bibliotecário x Aumento do descarte após a lei	48
Tabela 12 –	Existência de política x Critérios para descarte	49
Tabela 13 –	Existência de política x Materiais mais descartados	49
Tabela 14 –	Existência de política x Práticas adotadas para o descarte	50
Tabela 15 –	Existência de política x Aumento do descarte após a lei	50

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Objetivos	15
2 REVISÃO DE LITERATURA	16
2.1 Desenvolvimento de coleções	16
2.1.1 Elaboração de políticas para o desenvolvimento de coleções	19
2.1.2 Seleção de Materiais	21
2.1.3 Aquisição	22
2.1.4 Avaliação do acervo	23
2.1.5 Políticas para o desbaste	25
2.1.6 Desbastamento	25
2.1.6.1 Remanejamento	26
2.1.6.2 Descarte	26
2.2 Bibliotecas Públicas	28
3 PROCESSOS METODOLÓGICOS	31
3.1 Instrumento de coleta de dados	31
3.2 População e amostra	31
3.3 Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Sul	33
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	53
APÊNDICE A – Questionário	56
APÊNDICE B – Lista de Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Sul	58
APÊNDICE C – Estrutura do Banco de dados	61
APÊNDICE D – Tabulação das questões abertas	62
ANEXO A – Descarte na Biblioteca Pública de Pelotas	65
ANEXO B – Descarte de materiais na Biblioteca Pública de Maringá	69
ANEXO C – Questionário de pesquisa elaborado por Dantas e Cavalcante	70
ANEXO D – Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre	71

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, em diferentes locais e setores da sociedade, uma grande quantidade de dados é produzida com objetivos diversos, entretanto, para que adquiram significado e se transformem em informações úteis e acessíveis é necessário que sejam processadas e organizadas.

Os profissionais da Ciência da Informação, incluindo museólogos, arquivistas e bibliotecários, são os principais agentes mediadores da transformação de dados em informações e geração de conhecimento. A partir da representação descritiva e temática, da organização de catálogos, índices e bases de dados, o grande volume de informação produzida pode ser disponibilizada e utilizada nos museus, arquivos, bibliotecas e centros de documentação.

A produção de informação vem aumentando de maneira muito volumosa e acelerada. Reflexo do desenvolvimento de diferentes tecnologias e ferramentas para o compartilhamento de dados, esta é uma das principais características da sociedade moderna. Porém, se por um lado esta é uma característica apreciada por muitos, também provoca preocupação para quem trabalha com acervos referente a como equilibrar este crescimento com os espaços disponíveis que não aumentam na mesma proporção e também em como manter um equilíbrio entre o volume crescente de informações produzidas e a falta de espaço para armazenagem.

Válido salientar ainda, a existência de uma grande variedade de formatos, tais como livros, teses, artigos em papel, assim como os documentos em formato eletrônico, bases de dados e arquivos acessíveis através de computadores. No setor empresarial, por exemplo, a maior parte dos documentos produzidos atualmente é em formato digital. Planilhas, mensagens de correio eletrônico, memorandos redigidos nos computadores das próprias empresas se constituem na principal tipologia documental do setor.

Mas a preocupação com o espaço é a mesma, no caso de acervos em papel, o aumento do volume exige a construção de novos prédios ou compra de mobiliário, já os eletrônicos requerem a aquisição de equipamentos com maior capacidade de armazenamento e, além disso, também há o problema da volatilidade dos formatos e equipamentos de leitura de dados. Um bom exemplo são os disquetes de 5¼ polegadas que, atualmente não são mais fabricados, e quase não existem mais equipamentos que permitam ler e acessar os dados neles contidos. Neste sentido

existe a preocupação com o uso de CD-ROM, ficando a dúvida de até quando poderemos acessar os dados hoje gravados neles.

Neste contexto, é preciso que os profissionais responsáveis pelo tratamento de informações e que lidam com acervos estejam preparados para tomar as decisões corretas na formação e no descarte de material.

Os trabalhos que envolvem a aquisição e descarte em acervos fazem parte do campo de estudos da área da Ciência da Informação denominado desenvolvimento de coleções. Nele são abordadas as questões que buscam a melhor forma de manter um equilíbrio entre as atividades de aquisição e descarte em unidades de informação. Manter o material que é pertinente para determinado público e desfazer-se do desnecessário de maneira apropriada e eficaz não é tarefa simples. Dantas e Cavalcante (2006) afirmam que mesmo conhecendo os critérios de descarte, os profissionais que lidam com acervos não se sentem preparados e seguros, visto que na sua formação acadêmica aprenderam que uma das principais funções da profissão é conservar, preservar e disseminar informação, sendo a questão do descarte pouco abordada. Além disso, a acelerada produção de informações faz com que sejam necessários muitos estudos e discussões sobre o assunto.

Vergueiro (1989, p.75) ressalta que são recorrentes no cotidiano de trabalho dos bibliotecários as perguntas: “Quando descartar? Para quê descartar? Estes são dilemas reais dos profissionais que tiveram uma formação que visa, principalmente, conservar materiais informacionais”.

Acrescenta-se ainda, que a maior parte das bibliotecas não possui espaço físico suficiente e, além disso, atualmente, grandes quantidades de informações deixam de ser úteis com muita rapidez. Portanto, é importante que estas instituições tenham profissionais capacitados e políticas claras para lidar, com segurança e eficiência, nas atividades que envolvem descarte de materiais em todos os formatos. Sendo assim, é extremamente relevante que os cursos de graduação em bibliotecologia contemplem o tema em seus currículos.

Partindo destas reflexões, esta pesquisa se insere no campo de estudos sobre o desenvolvimento de coleções com ênfase nas atividades de descarte. Os arquivos eletrônicos são uma parte importante do assunto, porém, o foco aqui será nos acervos físicos, por exemplo, papel, CD, etc.

A seguir serão descritos alguns aspectos teóricos e metodológicos necessários para tratar deste tema. Como esta pesquisa desejou analisar as questões de descarte em bibliotecas públicas, foi necessário também explorar as peculiaridades deste tipo de instituição. Assim sendo, após apresentar a justificativa e os objetivos do presente trabalho, abordou-se as atividades de seleção, aquisição e descarte e depois foram descritos os objetivos e características das bibliotecas públicas.

Foi possível obter informações de 22 bibliotecas públicas Estaduais e Municipais do estado do Rio Grande do Sul, referente às atividades relacionadas ao descarte de materiais nas mesmas.

O problema de administrar os espaços para o armazenamento de acervos, conforme já abordado anteriormente, é uma preocupação para todos os profissionais da ciência da informação. Portanto, este é um assunto que deve ser amplamente trabalhado e discutido nas escolas que têm o objetivo de formar os futuros profissionais da área.

A falta de capacitação e erros nas tarefas de elaboração de políticas e diretrizes para a formação de coleções pode comprometer a vida profissional de um bibliotecário, assim como tem uma relação direta com a imagem da instituição no qual ele exerce seu trabalho. Um descarte indevido pode representar uma perda de patrimônio que muitas vezes é irrecuperável.

Neste contexto, pode-se destacar um episódio ocorrido em 2011, em uma biblioteca na cidade de Pelotas, na qual obras do século XIX foram destinadas para uma empresa de reciclagem de papel, caso esse que deixou algumas pessoas indignadas e insatisfeitas com o ocorrido (ver ANEXO A). Este fato motivou a realização deste trabalho na busca de explorar as normas e práticas utilizadas no descarte de materiais em instituições públicas.

A análise destes processos poderá contribuir para que casos de descarte indevidos não aconteçam, evitando que acervos e usuários sejam prejudicados. Além disso, podem apontar a criação de normas, diretrizes e regras básicas para elaboração de políticas de descarte nos acervos de bibliotecas.

Para a presente pesquisa referente ao descarte que contempla uma das etapas do desenvolvimento de coleções, foram escolhidas as bibliotecas públicas, por não ter sido localizada nenhuma investigação nesse mesmo segmento relacionada a esse tipo de biblioteca e nem referente ao estado do Rio Grande do Sul.

Assim, o problema da pesquisa busca a resposta para a seguinte pergunta: como o descarte é realizado em Bibliotecas Públicas no estado do Rio Grande do Sul? E como possível hipótese, acreditasse que na maioria das bibliotecas não possui uma política de descarte previamente estabelecida, mas descarta por pouco uso na maioria das vezes livros, que são destinados à doação ou ao lixo reciclado.

1.1 Objetivos

Os objetivos deste trabalho estão divididos em geral e específicos e estão apresentados a seguir.

Objetivo Geral

Investigar sobre a metodologia adotada nas atividades de descarte de materiais em Bibliotecas Públicas do estado do Rio Grande do Sul.

Objetivos específicos

- Constatar a existência de profissionais Bibliotecários nas bibliotecas referidas;
- Verificar a existência de políticas/processos de desenvolvimento de coleções nessas instituições, dando ênfase na etapa de descarte;
- Investigar os métodos e critérios adotados para a realização do descarte;
- Identificar a tipologia dos materiais mais descartados e os profissionais mais envolvidos nessa etapa;
- Identificar as principais vantagens e desvantagens da utilização de uma política de descarte de materiais em bibliotecas públicas do Rio Grande do Sul.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A seguir são apresentadas as principais questões referentes ao tema desenvolvimento de coleções suas atividades e políticas relacionadas.

2.1 Desenvolvimento de coleções

A organização e o desenvolvimento de coleções de forma mais generalizada podem ser conceituados como um conjunto de regras e medidas para a formação de acervos que possui propósito de atender necessidades informacionais de usuários de determinadas bibliotecas, museus ou qualquer outro tipo de unidades de informação.

A expressão “desenvolvimento de coleções” foi criada com o objetivo de auxiliar e preparar os centros de documentação em geral em todo o mundo nas atividades relacionadas à formação de acervos.

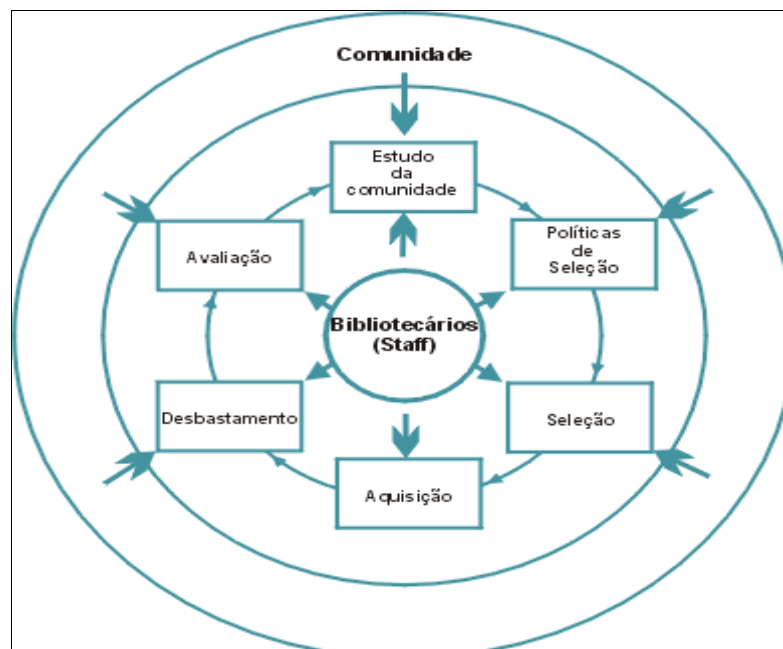
Entre a década de 60 e 70 muitos profissionais bibliotecários começaram a se preocupar com o desenvolvimento de suas coleções, no intuito de transformá-las em algo mais coeso. Esse movimento desencadeou um aumento na produção de trabalhos, artigos e pesquisas relacionadas a esse assunto. Na época, diversos manuais foram escritos, com o intuito de amparar e conscientizar os profissionais da área sobre a importância do tema. (VERGUEIRO, 1989)

O desenvolvimento de uma coleção é uma atividade que envolve diversas operações relacionadas com a formação, crescimento e organização dos acervos de bibliotecas, com o intuito de proporcionar o acesso a informações pertinentes aos seus usuários. As atividades devem iniciar com um planejamento para que os resultados, em longo prazo, sejam positivos. É preciso levar em consideração a importância do bibliotecário nestas tarefas.

O planejamento do acervo é um processo constante, de prazo ilimitado, e que deve ser incorporado nas ações de rotina da biblioteca, como instrumento de reflexão dos profissionais bibliotecários, na perspectiva de delinear seus objetivos. A visão total da coleção é essencial para que o profissional estabeleça as características fundamentais para o trabalho de desenvolvimento da coleção, assim prevenir interferências de natureza factuais e/ou circunstanciais. (RIOS, 2007)

Sendo assim, é válido apresentar o modelo de G. Edward Evans utilizado por Vergueiro (1989, p. 17) de modo a reforçar as afirmações feitas anteriormente, figura na qual é possível entender todas as atividades/procedimentos que devem ser adotados para o desenvolvimento de coleção e suas posições. Ela é bastante clara e simples, tendo como principal função demonstrar que este processo é circular, um sistema que deve ser posto em prática rotineiramente para que haja eficiência em sua execução.

Figura 1 – Processo de desenvolvimento de coleções – Evans 1979



Fonte: Evans (1979¹ apud Vergueiro 1989)

Essa ilustração leva em conta todas as partes envolvidas, como os bibliotecários, a comunidade e os processos técnicos, mostrando que não há hierarquia entre as fases e sim uma dependência entre elas para que o processo percorra de forma contínua.

Existem passos imprescindíveis no momento do desenvolvimento de uma coleção em unidades de informação, são eles: constatar os títulos mais utilizados e retirados pelos usuários da biblioteca, reconhecer os títulos considerados mais

¹ EVANS, G. Edward. **Developing Library Collections**. Littleton: Libraries Unlimited, 1979. Apud VERGUEIRO, W. de C. S., 1989.

importantes na avaliação de professores e pesquisadores que utilizam o acervo, elaborar políticas de descarte a partir dos resultados destas análises e, ainda formar critérios de seleção para doações que, futuramente, possam ser feitas. (VERGUEIRO, 1989)

Se tratando do processo de ampliação e atualização do acervo em consenso com as políticas já preestabelecidas, segundo Klaes (1993 apud SILVA, 2011, p.27), é possível elencar seis (6) fatores que podem influenciar no plano de desenvolvimento de coleção como é possível perceber na figura 2:

Figura 2 - Aspectos operacionais da tomada de decisão na atividade



Fonte: Klaes (1993² apud Silva 2011)

Como colocado por Klaes em seu modelo, podemos constatar que existem seis (6) fatores ligados diretamente à tomada de decisão, que contempla: seleção de materiais, alocação de recursos financeiros, aquisição, duplicação, reposição, e descarte de materiais.

² KLAES, Rejane é graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1979), possui especialização em Administração de Sistemas de Bibliotecas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1982) e mestrado em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (1991).

É importante ressaltar também as especificidades de cada tipo de biblioteca, o que resulta em diferentes maneiras de gerenciar o desenvolvimento das coleções.

Como afirma Vergueiro (1989, p.23), o desenvolvimento de coleções, como atividade de planejamento, deve ter um plano detalhado pré-estabelecido, a fim de garantir um mínimo de continuidade ao processo e correções de rota, quando necessárias.

Esse plano detalhado pré-estabelecido é o que chamamos de políticas para o desenvolvimento de coleções e que deve estar devidamente documentada, necessitando também ser amplamente divulgada entre os profissionais que atuam na instituição. Estas políticas devem também atender parâmetros e critérios para o crescimento futuro dessa unidade, precisando ser revisadas e atualizadas continuamente para que seja possível acompanhar as possíveis mudanças tanto institucionais quanto da comunidade que eventualmente possam ocorrer se adequando a elas.

2.1.1 Elaboração de políticas para o desenvolvimento de coleções

Embora qualquer tipo de biblioteca deseje atender seus usuários da melhor forma possível, oferecendo uma maior gama de materiais, títulos para consultas e disponibilidade de obras para empréstimos, sabe-se que na prática estas características nem sempre estão contempladas. Para que esse ideal seja alcançado e se torne realidade são necessários recursos financeiros suficientes para aquisição de materiais e, conseqüentemente, manter o acervo atualizado. Além disso, é necessário também recursos para compra de equipamentos e infraestrutura de mobiliários, tais como, estantes, cadeiras e mesas.

Não se pode deixar de pensar também nos recursos humanos, isto é, funcionários capacitados para preparar e organizar a estrutura física, levando em conta o espaço físico disponível que, comumente, não são suficientes nas bibliotecas. A política de desenvolvimento de coleções é uma atividade essencial nas bibliotecas, isso por que garante aquisição mais racional, obtendo melhor custo benefício. Tal atividade contempla as necessidades dos usuários e a redução de despesas das bibliotecas. (SILVA, 2011, p.23)

Portanto, é muito importante estabelecer uma política para o desenvolvimento de coleções em bibliotecas, que consiste em um conjunto de diretrizes que orientam

os bibliotecários, principalmente, nas decisões sobre a seleção de materiais que devem ser incorporados ao acervo. Além disso, estas políticas servem de instrumento de apoio para que os bibliotecários tenham elementos de argumentação que subsidiem discussões com autoridades superiores, tanto no que diz respeito a novas aquisições como na recusa de imposições estapafúrdias (VERGUEIRO, 1989, p.25).

Como assegura Rios (2007), é possível instituir prioridades e procedimentos para as etapas de seleção, aquisição, doação e descarte de materiais em bibliotecas, pretendendo-se atender às necessidades informacionais dos usuários, levando em consideração o perfil da biblioteca e também o espaço físico que ela possui.

É válido ressaltar que os fatores essenciais e básicos para a obtenção de boa política é que sejam levados em conta, primeiramente, os usuários a quem se destina o acervo, depois deve ser considerada a comunidade onde se insere e as condições em que se encontra a coleção. Vergueiro (1989, p.27) elenca os pontos principais para a elaboração de uma política eficiente: os tipos de materiais, tanto em formato quanto conteúdo, diretrizes claras para a seleção e doação de material; necessidades dos usuários; criação de métodos de avaliação, que considere quando determinado material será retirado de circulação. Todo este processo deve ser muito bem documentado e registrado, visto que com o tempo é comum a renovação do quadro de funcionários, situação trivial em qualquer unidade de informação.

Além disso, o documento que contempla estas diretrizes, não deve ser muito extenso, porém claro e preciso, informando inclusive a pessoa mais indicada para tomar as principais decisões. Para isso é necessário haver um estudo da comunidade, o perfil dos usuários suas necessidades e hábitos devem ser cuidadosamente analisados para captar um diagnóstico mais preciso possível.

Interessante ressaltar que estas políticas devem periodicamente ser analisadas quando necessário de forma a manter-se atualizadas para continuar acompanhando os interesses informacionais tanto da comunidade, quanto da instituição, assim sendo, o desenvolvimento de coleções deve sempre encontrar-se em reciprocidade com o tipo de biblioteca onde se encontra, mantendo um equilíbrio adaptado as necessidades dos usuários.

2.1.2 Seleção de materiais

Seguindo o pressuposto de que uma unidade de informação se caracteriza pelo acervo que visa atender as necessidades de determinado grupo de usuários, fica explícita a relevância de organizá-lo a partir de critérios de adequação já bem planejados, tornando-se deste modo, imprescindível a realização de uma seleção aprimorada dos materiais para que os objetivos da unidade se cumpram.

Seleção conforme Vergueiro (2010, p.5) apud Silva (20, p.38) “é o processo de decisão que os bibliotecários possuem, com o intuito de selecionar qualquer item cuja incorporação ao conjunto existente contribua para que se aproxime mais dos objetivos estabelecidos para aquele agrupamento de materiais informacionais.”

A seleção de materiais que devem ser incorporados ao acervo é uma importante atividade do processo de desenvolvimento de coleções, sendo a fase onde a unidade faz a escolha dos documentos que deseja adquirir. Nesta etapa deve ser levado em conta o tipo de usuário que frequenta a unidade, suas necessidades informacionais, a comunidade onde a biblioteca se insere e as condições financeiras e físicas da instituição.

Existem critérios básicos e comuns a várias bibliotecas que devem ser levados em conta no momento da seleção de materiais para compor um acervo: demanda; qualidade do conteúdo; atualidade; qualidade técnica; idioma; valor; quantidade de exemplares necessários e espaço físico. Esses são critérios que devem ser adotados na intenção de oferecer manutenção ao acervo para sua atualização eficiente. (VERGUEIRO, 2010)

Os profissionais que trabalham com disseminação da informação devem saber quando o acervo que compõe sua biblioteca está pouco atrativo para seus usuários, pois é uma obrigação do profissional identificar quais as necessidades informacionais de quem procura e utiliza esse acervo. Nem sempre é possível manter essa relação perfeita, mas é preciso o máximo de cuidado e dedicação. Para Vergueiro (2010, p.7) não se deve defender a ideia de que o ideal seja, exclusivamente, a participação do profissional bibliotecário no momento da seleção, como se o usuário não fosse necessário nesse processo, não tendo nada a colaborar. Para o autor essa condição pode ser considerada exagero de radicalismo. Os usuários devem sim ser vistos como parte atuante dessa ação e em muitos casos pode ser deles a decisão final.

Segundo Mayrink (1984, p.111), “uma seleção consciente e planejada diminui o problema do descarte e controla o crescimento da coleção”. Portanto pode-se dizer que se realizada com frequência a política de refinamento da coleção se tornará mais eficiente. A intenção de estabelecer certos critérios é de que nunca se perca a qualidade do acervo de modo a propiciar todo tipo de informação para todo tipo de usuário.

2.1.3 Aquisição

Passo posterior à seleção de materiais é a aquisição, momento de tornar realidade as decisões tomadas na etapa anterior. Essa é uma etapa onde podemos considerar como parte de um processo categoricamente administrativo. A aquisição exige do profissional responsável muita atenção e controle para evitar materiais desnecessariamente duplicados.

Conforme Weitzel (2006) apud Silva (2011), o recomendado é que as instituições possuam sua própria política de aquisição, que “defina e elenque prioridades, servindo como uma ferramenta de orientação para os profissionais em relação a administração de recursos, fontes de financiamento, procedimento para compras, doação, permuta e definição dos instrumentos auxiliares” que serão utilizados nessa fase de aquisição.

Para Vergueiro (1989, p.64) no processo de aquisição é necessário obter informações sobre materiais importantes averiguando se os itens realmente não existem no acervo e se não estão em processo de aquisição. Além disso, também é preciso saber da disponibilidade financeira da instituição e, se for o caso, elencar prioridades.

Essa fase, no contexto das atividades biblioteconômicas possui tarefas básicas que concretizam o processo de aquisição de forma a manter qualidade da unidade, tais como: constatação dos materiais julgados necessários para a biblioteca; execução do processo de compra das obras; manutenção dos arquivos de forma manual ou automatizada; e uma adequada administração da verba disponível para as compras. (RIOS, 2007)

Além de materiais adquiridos por compra, importante ressaltar que existem outras formas de complementar o acervo, a doação é uma das maneiras de enriquecer a biblioteca. Conforme Vergueiro (1989, p.68) é muito comum que em

algumas bibliotecas os próprios usuários ofereçam materiais para compor o acervo, e nessas situações eles imaginam que os profissionais bibliotecários devam ficar profundamente agradecidos pela doação destinada a essas unidades, ficando extremamente apavorados quando essas doações são rejeitadas, ou então aceitas, porém não ganham lugar de destaque na biblioteca como gostaria o usuário.

Por conta dessas situações o bibliotecário deve manter uma política onde fique explícito seus interesses, e em alguns momentos ter o poder de não aceitar material que não se qualifica como conveniente para aquela unidade. Nessa política serão constituídos os critérios de recebimento dessas doações, contendo pré-requisitos necessários para sua aceitação. Todavia a doação pode ser considerada uma ótima ferramenta de auxílio para o processo de aquisição em bibliotecas e ainda pode-se contar com a permuta como forma de auxílio na aquisição.

A permuta funciona como um intercâmbio de materiais, facilitando a aquisição de obras que por outra forma poderia não ser possível adquirir para a biblioteca certos materiais que se fazem necessário nesse espaço. Essa é uma das oportunidades em que o bibliotecário responsável por esse processo na unidade tem de se livrar de vez dos materiais duplicados.

A periodicidade com que são feitas as aquisições também deve fazer parte da política do desenvolvimento da coleção.

2.1.4 Avaliação do acervo

Avaliação do acervo é o momento da tomada de decisões e período de diagnósticos, etapa que pode ser também chamada de análise de uso. É importante que o profissional responsável por esta etapa antecipe suas atividades, evitando que a biblioteca fique em uma situação crítica por falta de espaço para acomodar o acervo. Além disso, essa análise deve acontecer periodicamente sendo também parte das diretrizes da política de desenvolvimento da coleção. Neste sentido é válido citar Vergueiro (1989, p.82) que afirma a importância de modificar rapidamente a noção de que uma avaliação de acervo deva ser feita somente quando já não se possui mais nenhum espaço físico livre para ajustar o acervo da unidade, não restando outra escolha a não ser o descarte de materiais.

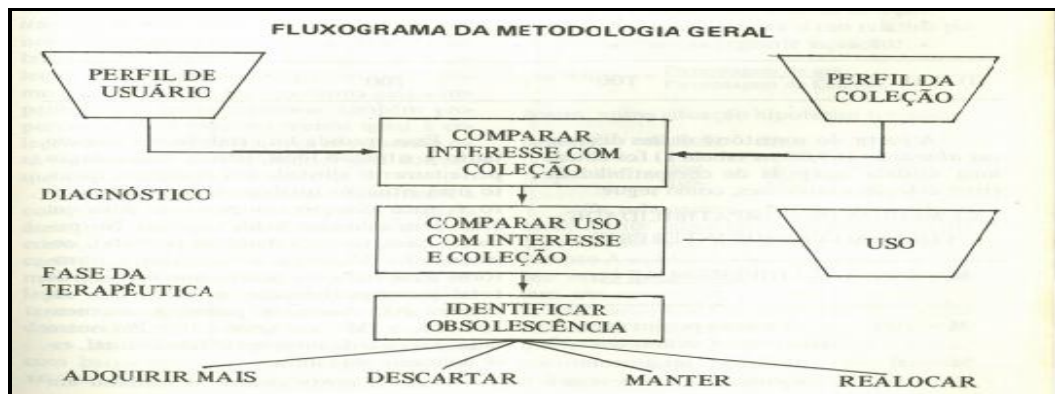
A grande habilidade do profissional se concretiza no fato de saber determinar o que a biblioteca precisaria possuir e não possui, e o que possui, mas não se faz mais necessário na coleção. (RIOS, 2007).

É interessante quando as unidades de informação incluem o auxílio dos usuários, tais como professores, alunos e pesquisadores, na composição do acervo, avaliando se os pedidos de aquisição feitos por eles são pertinentes, ponderando também sobre as urgências e o que pode ser deixado para ser adquirido mais adiante. Esta é uma forma de aproximação com os usuários, fazendo com que se sintam parte integrante da instituição.

Analisar a coleção significa adequar a compatibilidade existente entre o que a biblioteca considera relevante e as necessidades dos usuários, trata-se de uma relação biunívoca entre esses dois agentes (MOSTAFA, 1981). A mesma autora organizou o fluxograma (abaixo) que pode ser utilizado como modelo em avaliações de acervo.

A imagem a seguir apresentada tem por objetivo demonstrar detalhadamente como ocorre o processo de avaliação de acervos.

Figura 3 – Fluxograma para avaliação de acervos



Fonte: MOSTAFA, 1981.

Através da imagem anteriormente elucidada é possível verificar que, primeiramente, a biblioteca deve levar em conta o perfil dos usuários reais da unidade, logo avaliar o perfil da coleção e a frequência de uso dos materiais. A partir desta análise é que são tomadas decisões.

2.1.5 Políticas para o desbaste

Na intenção de propiciar uma melhor manutenção ao acervo de uma biblioteca, se faz necessário o estabelecimento de políticas para desbaste e descarte, na intenção de dar o melhor atendimento aos usuários, abarcando todos os campos de assuntos julgados pertinentes. A criação dessas políticas evita o crescimento desordenado da coleção e ainda serve como documento básico de aporte e auxílio para os profissionais responsáveis pela realização de descarte de materiais na unidade.

Conforme Marta Alonso (1988, p.192) com uma política mal delimitada, pode ocorrer: perda de qualidade no atendimento aos usuários, utilização não otimizada dos recursos disponíveis, problema de espaço físico, conservação de material impertinente de todos os tipos e idades, dificultando a localização ou o acesso àqueles que realmente são de interesse para os usuários, resultado negativo na política de seleção e aquisição.

A autora garante ainda que por outro lado existem vantagens provenientes de uma boa política preestabelecida, tais como: as coleções são menores, conseqüentemente melhor processadas, fazendo com que a informação relevante torne-se mais acessível, custos de manutenção se reduzem, utilização dos recursos e da infraestrutura disponíveis são otimizadas, impedem o crescimento desordenado da coleção. (ALONSO, 1988)

2.1.6 Desbastamento

Após a análise da coleção de uma biblioteca ou durante o inventário feito pelo profissional responsável por essas tarefas na unidade poderá ser realizada a separação física de obras passíveis de remanejamento ou descarte, ou seja, obras com conteúdo sem interesse, desatualizadas, duplicadas e danificadas. Muitas vezes se faz necessário a realização de desbaste de certos materiais, na intenção de deixar o acervo circulante mais atraente e com mais qualidade.

Esse é um processo sistêmico que visa sempre manter a qualidade do acervo em questão, tendo que ser cuidadosamente seguidos alguns critérios já pré-estabelecidos pela unidade. (RIOS, 2007)

Em se tratando do suporte livro, o art. 18 da Lei nº 10753 de 31 de outubro de 2003, que instituiu a Política Nacional do Livro, constitui que o livro não será mais considerado material permanente nas bibliotecas públicas, sendo que essas são mantidas pelo poder público, então diferentemente das outras classificações de bibliotecas, nas públicas o livro é considerado material de consumo. “Com a finalidade de controlar os bens patrimoniais das bibliotecas públicas, o livro não é considerado material permanente.”

2.1.6.1 Remanejamento

Significa remover materiais pouco funcionais, realocando-os em um local especialmente destinado para este fim ainda dentro da biblioteca ou ligado a ela, permitindo que, no caso de necessidade, ele possa ser novamente consultado. Geralmente essas obras avaliadas negativamente deverão permanecer acessíveis por alguns anos ainda, para ser possível verificar se realmente as mesmas não serão novamente solicitadas pelos usuários.

Como afirma Vergueiro (1989, p.77) o ato de remanejar materiais está diretamente relacionado com a adequação do espaço disponível na biblioteca, podendo ser assim uma medida para testar os materiais quanto a seu valor para a comunidade. Então a partir dessas ações, passado um tempo é possível observar e decidir se o material realocado deve voltar a fazer parte da coleção do acervo circulante ou deve ser cessado definitivamente, resultando em seu descarte.

2.1.6.2 Descarte

Descarte é o ato de retirar definitivamente do acervo de uma unidade de informação os materiais que não são mais pertinentes aos usuários.

Essa é uma etapa importantíssima do processo de desenvolvimento de uma coleção que ocorre após uma cuidadosa e criteriosa avaliação. O descarte pode contribuir na melhoria do acervo, pois quando os livros velhos e sem uso são retirados, as estantes se tornam mais atraentes, o aproveitamento do espaço melhora, proporcionando também maior facilidade para os usuários encontrarem o que necessitam. (LANCASTER, 2004)

Então, através das leituras realizadas é possível verificar que para certos autores a partir da etapa de desbaste, após o remanejamento é que se faz de vez o descarte. É extremamente natural que com o passar do tempo certos materiais caiam em desuso devido a seus conteúdos obsoletos e inadequados, o que deve ser completamente compreensível pelos profissionais que atuam na área informacional, onde dados novos são ligeiramente descobertos, publicados e disseminados.

É possível elencar algumas motivações no processo de descarte: as condições físicas de certos materiais que compõem o acervo; material duplicado ou excedente; documentos desatualizados; espaço físico comprometido. Portanto, conforme as necessidades das unidades é indispensável que haja um processo de remanejamento ou descarte, após uma análise prudente, como forma de manter a qualidade do acervo da biblioteca.

No texto referente a políticas de desenvolvimento de coleções na biblioteca do Senado Federal que é uma biblioteca totalmente especializada, foram elencados critérios em forma de aspectos para a realização do desbaste ou descarte que podem ser perfeitamente encaixados e adaptados para uso em outros tipos de bibliotecas. São eles: temática das obras que não se enquadram nas áreas de interesse da comunidade; aspectos qualitativos e quantitativos; aspectos físicos das obras, e alguns critérios específicos que vão de acordo com os interesses e necessidades da instituição. (SENADO FEDERAL, 2007)

Antes de definir o que será feito de fato com esses materiais retirados de vez de circulação por não atenderem mais as necessidades da biblioteca, como é o caso do descarte, considerar a possibilidade de doação é uma alternativa. Como afirma Rios (2007, p.8) deve-se priorizar essas doações para instituições carentes das comunidades que possuam e trabalham com acervos no intuito de atender escolas, creches, asilos, presídios entre outros locais que possam vir a se beneficiar com esses materiais.

A opção de doação deve ser sempre cogitada tendo em vista que muitas instituições não possuem poder aquisitivo para obter certos materiais a não ser por meio de doações. Muitas vezes o que não serve mais para algumas pessoas pode ser imprescindível para outras.

2.2 Bibliotecas Públicas

Atualmente a sociedade possui grandes possibilidades de obter informações e gerar conhecimento rapidamente, sendo essas características da sociedade moderna e para que essas ações sejam realizadas as comunidades podem contar com espaços informacionais que podem contribuir, como por exemplo, as bibliotecas públicas que são locais abertos ao público sem restrição alguma em relação ao tipo de usuário que venha a utilizá-la no intuito de obter informações e conhecimento. Conforme Nunes e colaboradores (2011, p.4) as bibliotecas públicas reúnem em si todas as demais bibliotecas existentes, pois atendem todo tipo de público sem distinção alguma de raça, gênero, formação educacional, limitações físicas e status social, estabelecidas em lugar público, aberta a todos, em horário apropriado para a comunidade. Tais instituições foram criadas principalmente para proporcionar a seus usuários uma vasta gama de materiais que possam fornecer informações a suas pesquisas, estudos e desenvolvimento intelectual, podendo-se ler livremente tudo o que é de seu interesse.

Portanto, fica claro a importância da existência de bibliotecas em todos os municípios como suporte básico para melhorias em educação, na elevação de conhecimento e incentivo a leitura e disseminação de informações. Segundo Suaiden (1995, p.19) algumas afirmativas podem ser mencionadas referentes a algumas funções das bibliotecas públicas como: o objetivo da biblioteca pública é aprimorar a qualidade de vida da comunidade; a biblioteca pública é a base essencial do sistema educacional e cultural; seu objetivo principal é a constituição do hábito de leitura.

Para Vidal (2009, p.20) as bibliotecas públicas funcionam como um centro de interação e integração, levando à sua comunidade cultura e lazer, reunindo memórias. E é nela que seus usuários possuem direito através da cultura a cidadania e também a educação.

Fica explícito que esses espaços são mais que unicamente um local com finalidade de disponibilizar informações, e sim um local cultural, ponto de referência para a comunidade, cumprindo também um papel social perante a sociedade, servindo de aliada ao intermediar usuário e conhecimento. Como afirma Suaiden (1995, p.20) as bibliotecas públicas nos países desenvolvidos são as grandes

responsáveis pela formação de hábitos de leitura na comunidade e considerada a principal fonte de incentivo para a ampliação da indústria editorial.

Portanto permanece a importância de enfatizar sempre que necessário a grande influência que essas unidades possuem sobre uma comunidade, de forma a auxiliar e melhorar a vida das pessoas que se interessam nas atividades que esse espaço proporciona e que ainda possa vir a realizar.

Como essas unidades têm por dever atender toda a comunidade onde se insere, a gama de áreas do conhecimento que ela deve abranger é extremamente extensa, por este motivo é muito relevante possuir um acervo rico e adequado, como literatura em geral e informações básicas gerais sobre serviços públicos e publicações oficiais, atendendo assim as necessidades de todos seus usuários. Todas as faixas etárias devem encontrar material adequado às suas necessidades. Coleções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte apropriados e tecnologia moderna bem como materiais convencionais. Alta qualidade e adequação às necessidades e condições locais são fundamentais. O acervo deve refletir as tendências atuais e a evolução da sociedade, assim como a memória das conquistas e imaginação da humanidade.

Essas bibliotecas são avaliadas e julgadas públicas, por considerar que elas são mantidas com recursos públicos e também porque são abertas e acessíveis ao público em geral, porém muitas apesar de serem abertas livremente aos usuários para consulta local, no momento da retirada de livros para empréstimo domiciliar, se faz necessário cadastro e pagamento de mensalidades.

Com a finalidade de deixar claro e objetivo os deveres das Bibliotecas Públicas perante a sociedade, assegurando direitos fundamentais aos seus usuários, em 1949 a UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*) e a IFLA (*International Federation of Library Associations and Institutions*) impulsionaram a criação do denominado Manifesto IFLA/UNESCO no qual se destaca:

[...] a biblioteca pública, porta de entrada para o conhecimento, proporciona condições básicas para a aprendizagem permanente, autonomia de decisão e desenvolvimento cultural dos indivíduos e grupos sociais. Este Manifesto proclama a crença da UNESCO na biblioteca pública como força viva para a educação, cultura e informação, e como agente essencial para a promoção de paz e bem estar espiritual da humanidade. Em decorrência, a UNESCO estimula governos nacionais e locais a apoiar e comprometer-se ativamente no desenvolvimento das bibliotecas públicas.

Este documento visa divulgar a grandiosa e verdadeira importância das Bibliotecas Públicas existentes em todas as comunidades. O Manifesto busca despertar, para toda a humanidade, a real importância das bibliotecas públicas no mundo, antes que de alguma forma se percam valores humanos fundamentais. (RIBEIRO, 2008)

O manifesto ressalva ainda outros itens pertinentes onde diz que as Bibliotecas Públicas devem atender todo tipo de indivíduo sem algum tipo de restrição referente a gênero, idade, sexo, raça, nacionalidade, religião ou condição social, visto que ela é um ambiente aberto de encontro à informação onde absolutamente todos têm direito ao acesso direto, rápido e gratuito ao conhecimento.

3 PROCESSOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa tem objetivo de verificar a existência ou não de políticas de descarte em Bibliotecas Públicas e atividades relacionadas ao tema, para tanto a metodologia adotada neste estudo foi a pesquisa de campo e descritiva, de caráter quanti-qualitativo, com a utilização de um questionário estruturado que possui perguntas abertas e fechadas. (APÊNDICE A)

A metodologia empregada na pesquisa realizada para elaboração dessa monografia é composta por dois momentos: revisão de literatura e análise dos dados.

Para a construção da revisão de literatura, análise e discussão das informações já debatidas e publicadas por outros autores, foi feito levantamento bibliográfico em livros, artigos de periódicos online, sites e portais eletrônicos que contemplam os principais temas do trabalho: desenvolvimento de coleções/acervos em bibliotecas, políticas de descarte de materiais e bibliotecas públicas.

Após o recebimento de questionários respondidos, as respostas foram transferidas para o Excel para que a análise dos dados fosse realizada.

3.1 Instrumento de coleta de dados

O instrumento de coleta de dados utilizado na pesquisa como já mencionado anteriormente, foi um questionário que teve como ponto inicial algumas questões elaboradas por Marcelo Dantas e Vanessa Cavalcante (2006), que teve por objetivo obter informações referentes a políticas de descarte em bibliotecas universitárias. O questionário aplicado nesta pesquisa contempla 15 perguntas mistas.

3.2 População e amostra

Conforme informações obtidas por funcionários do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Sul situado na cidade de Porto Alegre e também pela listagem existente na página do Sistema há atualmente 532 bibliotecas Públicas Municipais e Estaduais devidamente cadastradas no estado, sendo que

apenas um único município não possui biblioteca, o município de Benjamin Constant do Sul.

De modo a obter dados satisfatórios para o estudo passíveis de análise, optou-se por realizar a pesquisa nos municípios com número igual ou maior a 100 mil habitantes. A partir dessa definição foi realizada uma pesquisa no site do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para constatar os municípios que correspondem a esses números.

Após limitar este ponto de corte, verificou-se que o número de bibliotecas questionadas seria de 45 unidades Municipais e Estaduais Públicas situadas em 18 cidades do estado do Rio Grande do Sul. Ao buscar informações e contatos dessas bibliotecas foi possível constatar que uma biblioteca localizada na cidade de Rio Grande não se encontra mais em funcionamento e nem possui mais local fixo para atendimento ao público, apenas permanece cadastrada para continuar recebendo livros enviados anualmente pelo Sistema Nacional, livros esses que são redistribuídos para outras bibliotecas públicas da cidade. A biblioteca pública Amaury dos Santos localizada em Rio Grande foi retirada da pesquisa, pois foi aplicado o questionário piloto para a qualificação do projeto, não fazendo mais parte da amostra para a pesquisa final. A Biblioteca Cirandar localizada em Porto Alegre também não fez parte da pesquisa, pois não foi encontrado contato ou informação dela como biblioteca e sim como uma ONG (Organização não governamental). Houve tentativa de contato através de endereço de e-mail e blog, mas não se obteve nenhuma resposta ou retorno.

Os questionários começaram a ser encaminhados no final de novembro de 2012 até aproximadamente 25 de janeiro de 2013. Foram enviados para 42 bibliotecas, via correio eletrônico para as unidades nas quais foi possível manter um contato online, via correio tradicional para as que não se obteve nenhuma resposta por e-mail ou não o possuía e por telefone. Dessas, 22 retornaram os questionários, sendo 9 através de cartas e 13 por email. Foi decidido que somente iriam entrar na tabulação questionários recebidos até 10 de fevereiro. Posteriormente à obtenção das informações, os dados foram digitados, tabulados e analisados no *software* Microsoft Excel. Os nomes e locais de todas as instituições localizadas em municípios com mais de 100 mil habitantes podem ser conferidos na tabela apresentada no Apêndice B.

3.3 Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul existe o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP/RS), criado em 1977 sendo instituído pelo decreto nº 30.947, de 24 de dezembro de 1981, tem entre os seus objetivos “coordenar e incentivar as ações referentes ao cumprimento da política estadual para as bibliotecas públicas gaúchas”, tanto as bibliotecas públicas estaduais quanto às municipais (SISTEMA..., 2013).

A Instituição tem como metas coordenar as políticas do Ministério da Cultura e do Sistema Nacional de Bibliotecas no Estado, oferecer orientação e assessoria ao planejamento das atividades das bibliotecas estaduais e prestar assessoria às bibliotecas públicas municipais no Rio Grande do Sul. Esse sistema disponibiliza acervo aos municípios que tenham bibliotecas públicas devidamente cadastradas e ativas. A partir da lista disponibilizada pelo SEDP foi possível escolher as bibliotecas alvo dessa pesquisa. É possível obter mais informações referente ao sistema através do endereço eletrônico: <http://sebprs.blogspot.com.br/>.

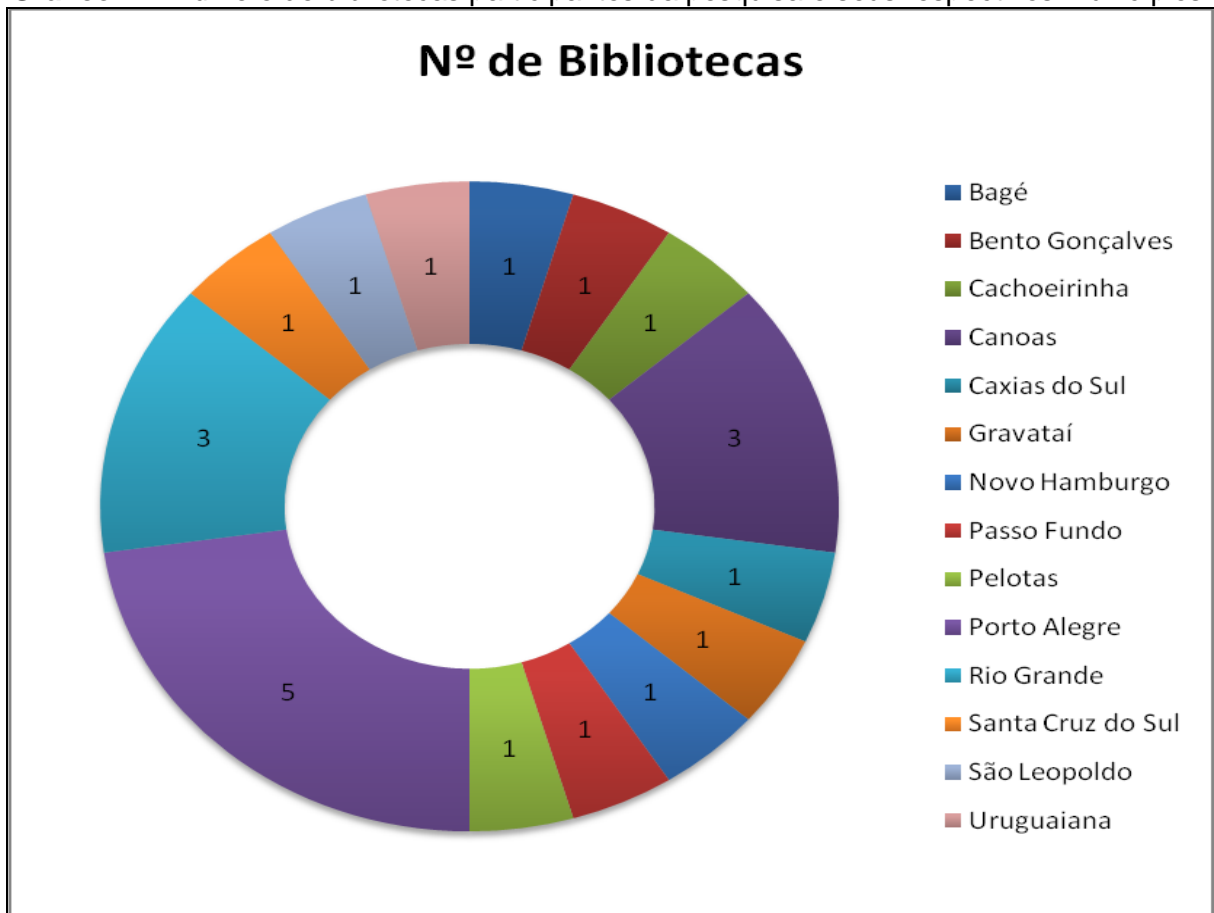
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este estudo foi constituído de dois momentos distintos. No primeiro momento conforme já explicitado na metodologia, encaminhou-se um questionário para 42 bibliotecas públicas gaúchas para investigação acerca do descarte. Posteriormente ao recebimento dos dados através de 22 questionários, eles foram transcritos para o Excel para posterior análise.

4.1 Dados Gerais

Os resultados foram analisados a partir do recebimento de 22 questionários atingindo 52,4% da população alvo da pesquisa. Conforme mostra o Gráfico 1, referente a questão 2 do questionário, pode-se apontar que bibliotecas de 14 municípios fizeram parte da amostra.

Gráfico 1 – Número de bibliotecas participantes da pesquisa e seus respectivos municípios.



Fonte: A autora.

Através do gráfico anteriormente apresentado é possível constatar que na cidade de Porto Alegre **cinco** (5) bibliotecas fizeram parte do estudo enquanto em Canoas e em Rio Grande foram **três** (3). Nos demais municípios apenas **uma** (1) biblioteca fez parte do estudo.

Foi questionado na pergunta 3 se a biblioteca pública em questão possuía Profissional Bibliotecário.

Gráfico 2 – Existência de Profissional Bibliotecário.

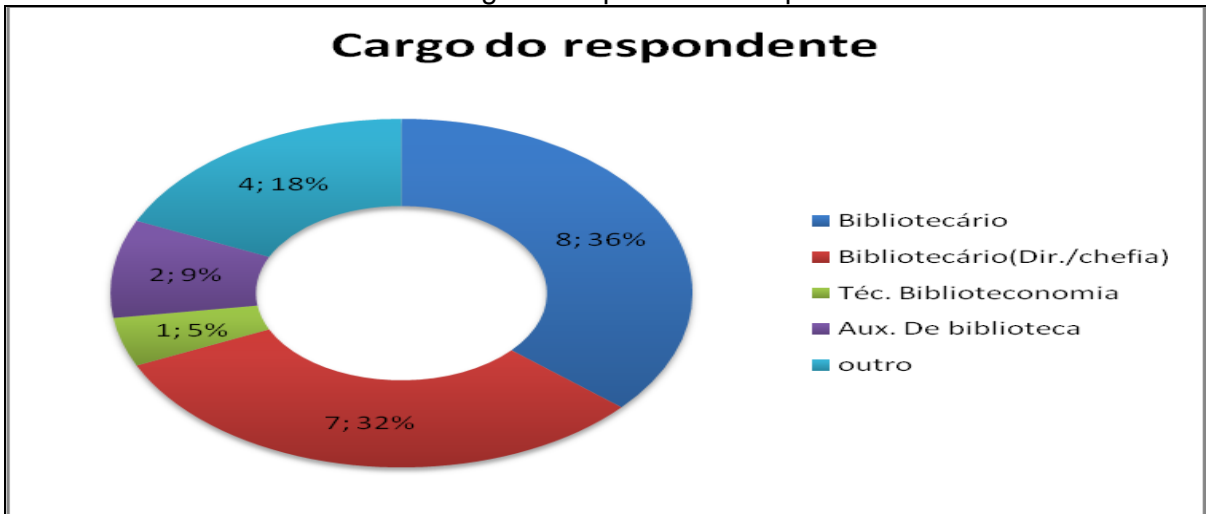


Fonte: A autora.

A partir do gráfico mostrado acima é possível afirmar que na grande maioria das bibliotecas participantes da pesquisa há Profissionais Bibliotecários atuando nessas unidades, correspondendo a **19** (86%) respostas positivas, porém infelizmente em **três** (14%) bibliotecas ainda não é possível contar com o auxílio de um profissional da informação em suas atividades. Válido salientar que não foi perguntado caso não houvesse o profissional da informação, se algum dia a biblioteca já pode contar com seu auxílio nos serviços prestados pela unidade.

A questão 4 do questionário perguntava qual era o cargo do responsável pelas respostas ali apresentadas.

Gráfico 3 – Cargo do respondente do questionário.

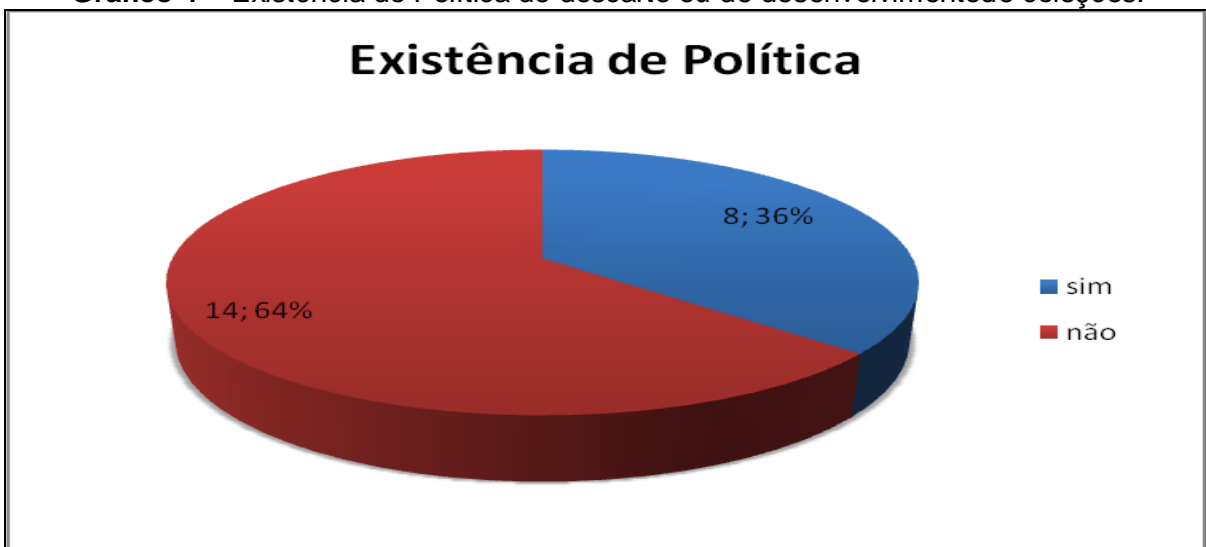


Fonte: A autora.

Apurou-se que dos profissionais respondentes dos questionários **oito** (36%) eram Bibliotecários e **sete** (32%) Bibliotecários com cargo de chefia. Na opção “outro”, **três** respondentes informaram ser Coordenadores da biblioteca e **um** (5%) trabalhar com a parte de relações públicas, enquanto **dois** (9%) informaram ser auxiliares de biblioteca e **um** (5%) Técnico em Biblioteconomia.

Foi questionado na pergunta 5 se há uma política documentada formalmente para realização do descarte ou do desenvolvimento de coleções na unidade.

Gráfico 4 – Existência de Política de descarte ou de desenvolvimento de coleções.



Fonte: A autora.

Conforme gráfico anteriormente apresentado, constatou-se que em **14** (64%) bibliotecas não há essa política, resultado que já era esperado visto a dificuldade que muitos profissionais ainda possuem em preparar esse documento que exige planejamento e estudo, como afirma Dantas e Cavalcante (2006), mesmo conhecendo os critérios de descarte, os profissionais que lidam com acervos não se sentem preparados e seguros, visto que na sua formação acadêmica aprenderam que uma das principais funções da profissão é conservar, preservar e disseminar informação.

Pertinente à questão 5 do questionário referente à existência de uma política formal de descarte na biblioteca, caso a resposta fosse positiva pediu-se na questão 6 para descrever as vantagens e desvantagens da existência desse documento. Para melhor expor as respostas foi montado um quadro para mostrá-las com mais clareza.

Quadro 1 – Vantagens e desvantagens da existência de políticas nas bibliotecas.

Biblioteca	Vantagens	Desvantagens
6	Melhor aproveitamento do espaço físico; Valorização das obras pertinentes; Foco no público alvo.	-
15	Promover a disponibilização de acervo em outras bibliotecas.	-
16	Consiste na tomada de decisão; Padronização dos critérios.	Não há, pois sempre é possível uma alteração nos procedimentos.
18	Uniformidade das decisões.	Necessidade de revisão periódica da política.
22	Estruturação da biblioteca para a facilitação de pesquisa, principalmente a renovação do acervo.	-

Fonte: A autora.

Como mostra o quadro apresentado acima, apenas **cinco** (5) bibliotecas das **oito** (8) que responderam possuir políticas em suas unidades responderam a essa questão. Através das respostas é possível perceber que a existência de uma política traz bem mais vantagens para a biblioteca do que desvantagens. Seguindo critérios pré-estabelecidos para o desenvolvimento de coleções e descarte segundo

bibliotecas participantes da pesquisa, é possível aproveitar melhor o espaço físico que a unidade dispõe, auxiliando a formação de novo acervo em outras bibliotecas através da doação, padroniza os critérios e uniformiza decisões mesmo que exista mudança de funcionários na unidade, sendo possível dar seguimento as regras mantendo o acervo sempre renovado. Em relação à desvantagem, é possível dizer através da resposta obtida que existir essa política faz com que a biblioteca precise estabelecer e seguir prazos para realização de revisão dessas políticas. Importante salientar que essa é a visão de uma biblioteca, pois para qualquer política é necessário que haja uma revisão periódica para que possa ser testada sua eficiência, portanto para muitas unidades essa revisão não seria considerada desvantagem.

Ainda relacionada à questão 5 que perguntava sobre a existência de uma política documentada, caso a resposta fosse **NÃO**, pediu-se para indicar livremente na questão 7 o porque de ainda não possuir essa política.

Quadro 2 – Motivos de não possuir uma Política Formal de Descarte e/ou Desenvolvimento de coleções.

Biblioteca	Resposta
9	Planejamos implantar uma Política de descarte em 2013
10	Ainda não existe documento formal e não conseguimos formá-lo por uma série de fatores, colocar este assunto em pauta no município.
11	Não existe aqui documento formal, mas existe critério para o descarte do livro didático.
12	Até pode existir, mas eu desconheço tal política, nunca foi citado algo a respeito.
13	Na realidade a política existe, mas não foi formalizada em documento.
19	Não foi dado prioridade na confecção do documento formal de procedimentos, pois os critérios informais adotados para o descarte atendem a demanda.
20	Até então eu não sabia que existia este tipo de documento. Acho que seria muito importante termos este documento, para que futuramente quando outras pessoas assumiram este trabalho, possam usar os mesmos motivos na hora de descartar um livro. Para que não haja descartes equivocados.
21	Porque a biblioteca não possui um profissional qualificado para tal atividade.

Fonte: Autora.

Conforme respostas obtidas, é possível perceber que por mais que não haja de maneira formal um documento, há critérios nas bibliotecas para a realização de descarte, porém não documentado, o que existe é uma dificuldade de parar para

refletir e planejar a formulação desses critérios, mas existe a preocupação de futuramente fazê-lo podendo contar com um profissional capacitado para tal tarefa.

Foram questionados quais os critérios mais utilizados para o descarte de materiais não mais pertinentes à biblioteca. Nesta questão poderia ser marcada até duas opções sem diferença de peso entre elas.

Tabela 1 – Critérios utilizados para o descarte de materiais.

		1 opção	2 opção	Total
a	Pouco uso	4	0	4
b	Desatualização	15	1	16
c	Danificação	3	14	17
d	Assunto/temática	0	0	0
e	Duplicatas	0	6	6
f	Espaço físico	0	1	1
g	Outro	0	0	0

Fonte: A autora.

Sendo assim, ficou evidente que a opção **danificação** aparecendo **17** vezes e **desatualização** aparecendo **16** vezes, são os motivos mais frequentes para a efetivação do desbaste. É possível perceber ainda que o critério **assunto** não foi considerado por nenhuma delas.

Referente à tomada de decisão para a realização de descarte, perguntou-se quem era o responsável principal por essa função na biblioteca.

Gráfico 5 – Responsável pela decisão de descarte de materiais.



Fonte: A autora.

A partir das respostas obtidas verificou-se que **os responsáveis principais** da unidade, aparecendo **nove** (9) vezes, são os maiores encarregados por essa decisão nas bibliotecas, acreditando-se na hipótese de que esse responsável seja de fato um bibliotecário. A **biblioteca 6** marcou a opção **outro**, indicando que nela o responsável pelo descarte é um especialista do assunto em questão.

Na questão 10 pediu-se para apontar até dois tipos de materiais mais descartados na biblioteca, sem diferença de peso entre as respostas.

Tabela 2 – Material mais descartado nas Bibliotecas.

		1 opção	2 opção	Total
a	Livro	12	0	12
b	Revistas	9	8	17
c	Livros Didáticos	1	8	9
d	Jornais	0	6	6
e	Discos(LP/CD's)	0	0	0
f	Filmes(VHS/DVD)	0	0	0
g	Gibis	0	0	0
h	Outro	0	0	0

Fonte: A autora.

Constatou-se que o material mais descartado nas bibliotecas públicas participantes da pesquisa, são as **revistas** aparecendo **17** vezes como resposta, seguido dos **livros** que apareceu **12** vezes. Discos, filmes e gibis não foram marcados nenhuma vez, fazendo com que surja a dúvida se esses materiais de fato fazem parte dos acervos dessas bibliotecas. Teria sido interessante perguntar inicialmente como o cerco da biblioteca é formado, porém infelizmente não se pensou nessa questão anteriormente a aplicação dos questionários.

Foi perguntado na questão 11 do questionário quais as práticas mais adotadas em relação ao descarte, podendo ser marcado até duas respostas sem diferença de peso entre elas.

Tabela 3 – Práticas mais realizadas no descarte de materiais nas bibliotecas.

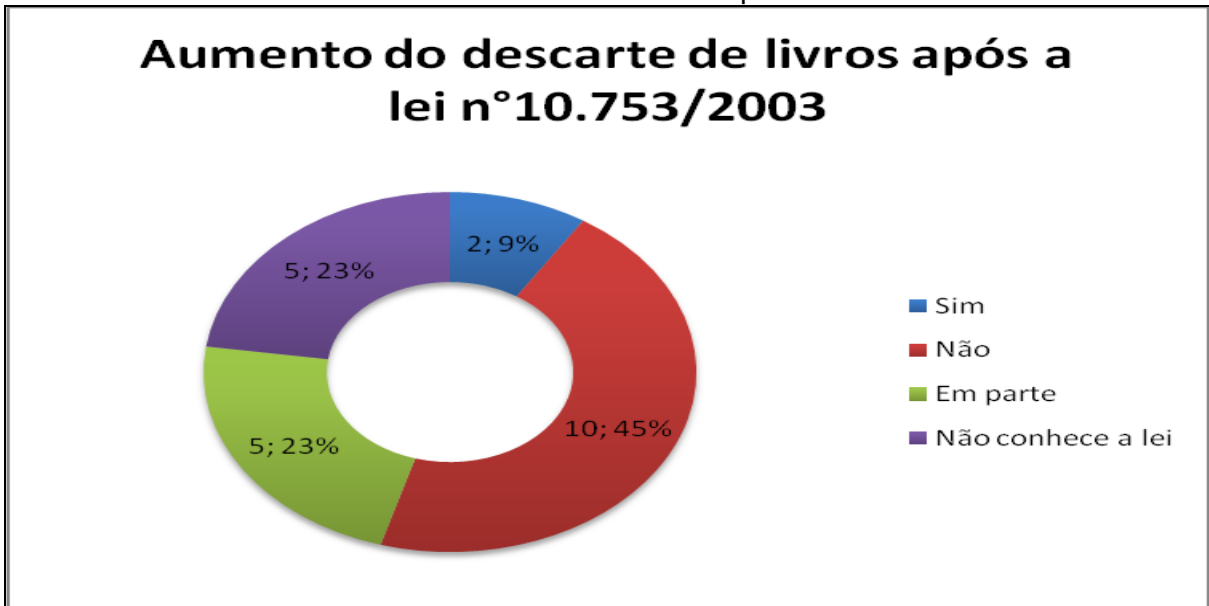
		1 opção	2 opção	Total
a	Jogar no lixo comum	0	0	0
b	Jogar no lixo reciclado	7	0	7
c	Enviar para outra biblioteca	11	1	12
d	Guardar em depósito	2	4	6
e	Doação	1	13	14
f	Permuta	1	1	2
g	Outro	0	3	3

Fonte: A autora.

É possível verificar a partir da tabela anteriormente apresentada que **doação** foi a opção mais marcada, aparecendo **14** vezes, seguida da opção **enviar para outra biblioteca** que foi marcada **12** vezes. Na opção **outro**, a **biblioteca 5** disse vender materiais não mais pertinentes aos sebos, a **biblioteca 12** informou vender diretamente como papel velho e a biblioteca 20 disse enviar diretamente para a reciclagem, mas jogar em algum tipo de lixo nunca. A opção **jogar no lixo comum** não foi apontada nenhuma vez o que de certa forma já era de se esperar, pois por mais que os profissionais tenham problemas na forma de descartar os materiais não mais pertinentes ao acervo, jogar diretamente no lixo não seria uma ação politicamente correta, porém não descarta-se a hipótese de que a biblioteca pode ter omitido certas informações.

Foi perguntado às bibliotecas se após a lei nº 10.753/2003, que tem por finalidade controlar os bens patrimoniais das bibliotecas públicas, não considerando mais o livro como bem permanente, houve algum aumento no descarte desse tipo de material e pedido logo que se justificasse a questão.

Gráfico 6 – Aumento do descarte de livros após a lei nº10.753/2003.



É possível afirmar que em **dez** (10) bibliotecas não houve aumento do descarte de livros, em **cinco** (5) houve aumento em parte enquanto em outras **cinco** (5) não se conhece a referente lei. Mesmo pedindo para justificar a resposta, apenas **cinco** (5) justificaram.

A **biblioteca 10** descreve que antes da lei já se descartava material muito danificado ou desatualizado, mas agora tem mais liberdade para descartar aqueles livros que se julga não serem mais utilizados. A **biblioteca 13** diz que a lei trouxe mais segurança para o descarte. A **biblioteca16** disse que não houve necessidade de descartar mais por conta da lei. A **biblioteca 20** expõe que mesmo que um livro não seja um bem permanente o descarte por nenhum motivo, não se faz necessário, só quando esteja em situação precária. A **biblioteca 22** comenta que o sistema de descarte da unidade é muito criterioso e analisável, somente doa-se ou permuta-se quando de fato comprova-se a troca e/ou substituição por material compatível.

Na questão 13 foi questionado se alguma vez ocorreu um caso de descarte indevido na biblioteca.

Gráfico 7 – Caso de descarte indevido ocorrido na biblioteca.



Fonte: A autora.

É possível afirmar conforme mostra o gráfico que em **17 (77%)** bibliotecas, correspondendo a maioria, nunca ocorreu algum caso de descarte impróprio e nas **5 (23%)** restantes o funcionário afirma não saber de algum caso. A resposta **sim** não apareceu nenhuma vez, o que já era esperado visto que o tema descarte é um tanto quanto delicado, acreditando que mesmo que alguma vez possa ter ocorrido um fato desses dificilmente alguma biblioteca iria expor o sucedido, até mesmo por de repente ser proibido comentar sobre o assunto. Sendo assim nenhuma biblioteca respondeu a questão 14 que complementava a 13, na qual pedia para descrever de forma breve o descarte indevido caso houvesse ocorrido um fato desses na biblioteca.

Já na questão 15 que pedia para a pessoa respondente do questionário descrever algum tipo de informação que considerasse importante ou que auxiliasse a pesquisa, apenas a **biblioteca 12** aproveitou esse espaço, expondo que: *“Nossa biblioteca vive de doações e vendas de papéis velhos, que efetuamos, com isso compramos novos livros para a mesma. O estado diz não disponibilizar de verbas para as bibliotecas e assim sendo, seus funcionários tentam fazer o seu melhor para que essas instituições continuem funcionando.”*

Esse desabafo é de certa forma contraditório, pois uma vez que a biblioteca se encontra cadastrada no Sistema de Bibliotecas, ela deveria receber anualmente materiais para complementar seu acervo e suprir a demanda de necessidades

informacionais de seus usuários. A partir dessas informações surge a dúvida se de fato o sistema encaminha essas obras anualmente para complementação dos acervos das bibliotecas cadastradas, pois é o que o sistema se propõe conforme informações fornecidas pelo site, entretanto é válido ressaltar os esforços dos funcionários, utilizando das formas possíveis para manter o perfeito funcionamento da unidade.

4.2 Dados Cruzados

Para melhor visualizar os resultados obtidos na pesquisa foram propostas algumas relações entre as questões, como seguem:

- Primeira: nessa relação a questão 2 foi relacionada com as questões 3, 5 e 12, ou seja, será apresentado por exemplo, a existência de bibliotecários nas instituições (questão 3) a partir da divisão dos municípios.
- Segunda relação: nessa relação a questão 3 foi relacionada com as questões 5, 8, 10, 11 e 12, ou seja, será apresentado por exemplo, a existência de políticas para o descarte e/ou desenvolvimento de coleções (questão 5) a partir da existência ou não de profissionais bibliotecários.
- Terceira relação: nessa relação a questão 5 foi relacionada com a questão 8, 10, 11 e 12, ou seja, será apresentado por exemplo, os critérios mais utilizados para a efetivação do descarte (questão 8) a partir da existência ou não de políticas.

Para posterior comparação, após busca no site do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), foi feita uma divisão dos municípios que compõe o núcleo metropolitano de Porto Alegre das cidades do interior que participaram da pesquisa como segue no quadro a seguir. (Ver Anexo D)

Quadro 3 – Cidades do interior x Cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Cidades do interior	Nº de respondentes	Cidades da Região Metropolitana de Porto Alegre	Nº de respondentes
Bagé	1	Cachoerinha	1
Bento Gonçalves	1	Canoas	3
Caxias do Sul	1	Gravataí	1
Passo Fundo	1	Novo Hamburgo	1
Pelotas	1	Porto Alegre	5
Rio Grande	3	São Leopoldo	1
Santa Cruz	1	-	-
Uruguaiana	1	-	-
8	10	6	12

Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Entre as 14 cidades que comportam as bibliotecas públicas que fizeram parte da pesquisa, como mostra a tabela apresentada anteriormente, **oito** (8) delas compõem o núcleo metropolitano enquanto **seis** (6) são municípios do interior.

Primeira Relação

Logo abaixo segue a tabela que mostra o cruzamento dos municípios com a existência de bibliotecários nas bibliotecas.

Tabela 4 – Existência do Profissional Bibliotecário X Municípios.

	Região Metropolitana de Porto Alegre	Cidades do interior	TOTAL
Possui Bibliotecário	10	9	19
Não Possui	2	1	3

Fonte: A autora.

A tabela apresentada demonstra que mesmo em bibliotecas localizadas na região metropolitana de Porto Alegre ainda há unidades de informação que não contam com o auxílio do Profissional Bibliotecário, sendo que a cidade de Porto Alegre possui o curso de graduação em Biblioteconomia.

A tabela abaixo faz relacionamento dos municípios com a existência ou não de políticas nas bibliotecas.

Tabela 5 – Existência de Política X Municípios.

	Região Metropolitana de Porto Alegre	Cidades do interior	TOTAL
Com política	3	5	8
Sem política	9	5	14

Fonte: A autora.

A relação mostra que a não existência de políticas para o descarte e/ou desenvolvimento de coleções é ainda bem relevante em bibliotecas que copõem as cidades da região Metropolitana.

Foram relacionados os municípios com a questão 12 referente ao aumento no descarte de livros após a lei nº10.753/2003, que tem por finalidade controlar os bens patrimoniais em Bibliotecas Públicas.

Tabela 6 – Aumento no descarte após a Lei X Municípios.

	Região Metropolitana de Porto Alegre	Cidades interioranas
Sim	2	0
Não	5	5
Em parte	2	3
Não conhece a lei	3	2

Fonte: A autora.

A relação mostra que na maioria das bibliotecas, tanto nas cidades metropolitanas quanto nas do interior a lei não trouxe aumento no descarte de livros da unidade aparecendo **5** vezes em cada, enquanto 5 bibliotecas nem mesmo conhecem a lei, sendo **três** (3) cidades da região metropolitana de Porto Alegre e **duas** (2) nas cidades do interior.

Segunda relação

A relação a seguir apresentada é o cruzamento da questão referente à existência de bibliotecário nas unidades com a existência de políticas.

Tabela 7 – Existência do Bibliotecário X Existência de Política.

	Com política	Sem política
Possui bibliotecário	7	12
Não possui bibliotecário	1	2

Fonte: A autora.

A tabela mostra que mesmo bibliotecas que possuem o profissional bibliotecário ainda não possuem políticas predeterminadas para suas unidades, sendo que **uma** (1) biblioteca que não possui o profissional em contra partida possui a política, porém não foi questionado se no momento em que foi formulada essa política a unidade contava com o auxílio desse profissional e por isso possui esse documento formalizado, ou se essa biblioteca nunca possuiu bibliotecário e mesmo assim foi pensado na importância de possuir esse documento.

A próxima tabela mostra a relação da existência do bibliotecário nas unidades com os critérios mais adotados para o descarte.

Tabela 8 – Existência do Bibliotecário X Critérios para descarte.

	Pouco uso	Desatualização	Danificação	Assunto/ temática	Duplicatas	Espaço físico
Possui bibliotecário	3	14	16	0	4	1
Não possui bibliotecário	1	2	1	0	2	0

Fonte: A autora.

A tabela apresentada demonstra que com ou sem a existência de um profissional bibliotecário na unidade a **desatualização** de materiais é o motivo mais frequente para a realização de seu descarte, aparecendo **14** vezes nas bibliotecas que possui bibliotecário e **duas** (2) vezes nas que não possuem.

A seguir é apresentada a relação da existência do bibliotecário nas unidades com os materiais mais descartados.

Tabela 9 – Existência do Bibliotecário X Materiais mais descartados.

	Livro	Revista	L.didáticos	Jornal	Disco	Filme	Gibi
Possui bibliotecário	10	14	8	6	0	0	0
Não possui bibliotecário	2	3	1	0	0	0	0

Fonte: A autora.

A tabela apresentada comprova que o material mais descartado são as revistas, aparecendo **14** vezes nas bibliotecas que possuem o profissional da informação enquanto esse material aparece **três** (3) vezes nas que não possuem o profissional.

Na tabela a seguir é feita a relação da existência do bibliotecário nas unidades com as práticas mais comuns adotadas em relação ao descarte.

Tabela 10 – Existência do Bibliotecário X Práticas adotadas para o descarte.

	J. lixo comum	J. lixo reciclado	Enviar para outra biblioteca	Guardar em depósito	Doação	Permuta	outro
Possui bibliotecário	0	6	11	0	12	1	2
Não possui bibliotecário	0	1	1	6	2	1	1

Fonte: A autora.

O cruzamento de dados expôs que a prática mais comum nas unidades que possuem bibliotecários é a doação aparecendo **12** vezes enquanto para as unidades que não possuem o profissional a prática mais comum é guardar em depósito sendo marcada **seis** (6) vezes.

A seguir a tabela apresenta o relacionamento da existência do bibliotecário nas unidades com o aumento no descarte de livros após decretada a lei nº10.753/2003.

Tabela 11 – Existência do Bibliotecário X Aumento no descarte após a Lei.

	Sim	Não	Em parte	Não conhece a lei
Possui bibliotecário	2	10	4	3
Não possui bibliotecário	0	0	1	2

Fonte: A autora.

Nas bibliotecas que possuem o profissional da informação mostrou conforme maioria das respostas que não houve mudança alguma no descarte aparecendo **dez** (10) vezes como resposta, enquanto nas que não possui o profissional a resposta mais marcada foi o não conhecimento da lei, aparecendo **duas** (2) vezes.

Terceira relação

Relações feitas a partir da existência ou não de políticas de descarte e ou/ desenvolvimento de coleções nas bibliotecas com os critérios mais comuns adotados referente ao descarte.

Tabela 12 – Existência de Política X Critérios para descarte.

	Pouco uso	Desatualização	Danificação	Assunto/ Temática	Duplicata	Espaço físico	outra
Com Política	1	6	7	0	1	1	0
Sem Política	3	10	10	0	5	0	0

Fonte: A autora.

A relação mostra que tanto em bibliotecas com políticas quanto as que não as possuem pré-estabelecidas, os critérios mais adotados para a efetivação do descarte é a **danificação** de materiais seguida de **desatualização** dos mesmos, porém não se sabe que tipo de material é considerado desatualizado para essas unidades, pois não foi questionado algo a respeito como, por exemplo, relacionado à temporalidade dos documentos que são encaminhados para descarte.

Na tabela a seguir é apresentada a relação entre a existência de políticas com os materiais mais descartados nas bibliotecas.

Tabela 13 – Existência de Política X Materiais mais descartados.

	Livro	Revista	L.didático	Jornal	Disco	Filme	Gibi
Com Política	4	7	2	3	0	0	0
Sem Política	8	10	7	3	0	0	0

Fonte: A autora.

As relações mostram que nas bibliotecas que possuem políticas o material mais descartado são as revistas marcadas **sete** (7) vezes, seguido dos livros que foi

marcado **quatro** (4) vezes, enquanto nas bibliotecas que possuem a política, também são esses os materiais mais descartados as revistas aparecendo **dez** (10) vezes seguido dos livros, que aparecem **quatro** (4) vezes.

Na tabela a seguir é apresentada a relação entre a existência de políticas nas bibliotecas com as práticas mais adotadas referente ao descarte de materiais.

Tabela 14 – Existência de Política X Práticas adotadas para o descarte.

	J. lixo comum	J. lixo reciclado	Enviar para outra biblioteca	Guardar em depósito	Doação	Permuta	outro
Com Política	0	3	5	1	6	1	0
Sem Política	0	4	7	5	8	1	3

Fonte: A autora.

A relação mostra que tanto nas bibliotecas que possuem política quanto as que não possuem, as práticas mais comuns em relação ao descarte é a doação seguida da opção de envio para outra biblioteca. Nas bibliotecas com política a opção doação apareceu **seis** (6) vezes enquanto envio para outra biblioteca **cinco** (5) vezes. Nas bibliotecas que não possuem a política a opção doação apareceu **oito** (8) vezes enquanto envio para outra biblioteca **sete** (7) vezes.

Na tabela a seguir é apresentada a relação entre a existência de políticas nas bibliotecas com o aumento do descarte de livros após a lei nº 10.753/2003.

Tabela 15 – Existência de Política X Aumento no descarte após a lei.

	Sim	Não	Em parte	Não conhece a lei
Com Política	0	5	3	0
Sem Política	2	5	2	5

Fonte: A autora.

A relação apresentada mostra que igualmente em bibliotecas com e sem política não houve aumento algum no descarte por conta da lei aparecendo **cinco** (5) vezes respostas negativas em cada, em contra partida **cinco** (5) bibliotecas que não possuem uma política pré-estabelecida nem mesmo possui conhecimento da existência da lei.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como principais objetivos verificar etapas e critérios acerca do desenvolvimento de coleções, em especial o descarte através da aplicação de questionários, tendo como alvo as bibliotecas públicas do Rio Grande do Sul.

Através da análise realizada, conclui-se que há bibliotecários na maioria das bibliotecas públicas questionadas, entretanto ainda são poucas que possuem um documento formal indicando diretrizes ou procedimentos que sirvam de orientação e suporte para o desenvolvimento de coleções, no entanto mesmo assim existe o descarte nessas instituições na maioria delas os materiais mais descartados são as revistas e os livros, posteriormente doados para usuários ou enviados a outras bibliotecas, e referente aos materiais que compõe o acervo das unidades surge a dúvida em relação aos CDs, DVDs e discos, se de fato eles fazem parte do acervo, pois em nenhum momento essas opções foram assinaladas como os mais descartados.

Conforme respostas obtidas, verificou-se que a responsabilidade pelas atividades de descarte fica predominantemente sob a incumbência dos responsáveis principais da unidade como diretor, presidente ou coordenador das instituições que podem ser ou não bibliotecários. Referente a vantagens e desvantagens da utilização de uma política de descarte de materiais identificou-se que o uso de um documento formalizado traz mais vantagens, pois é possível estabelecer regras e diretrizes que serão seguidas como forma de manter um padrão nas unidades, definindo o comportamento dos profissionais da informação que se envolvem com tal tarefa implicando não somente no descarte, mas no processo como um todo. A hipótese da pesquisa foi parcialmente confirmada, mostrando que as bibliotecas não descartam por pouco uso como anteriormente pensado, e esses materiais descartados não são enviados para lixo reciclado.

Acredita-se que como o assunto descarte de materiais em bibliotecas é um tanto quanto sensível e difícil de tratar visto a dificuldade que os profissionais têm em fazê-lo por inúmeros motivos e a dificuldade que os usuários das unidades têm em entender que nem sempre esse ato é errôneo, muitas informações apresentadas podem ter sido contornadas, pois se sabe que certas informações muitas vezes não podem ser repassadas para fora da instituição, talvez até mesmo por esse motivo o número de bibliotecas participantes da pesquisa não foi ainda mais significativo.

Ao longo do trabalho foi proposto caminhos para o desenvolvimento de coleções mostrando que o ciclo não acontece de forma aleatória, mas sim através de procedimentos etapa a etapa e que cada biblioteca deve possuir suas próprias diretrizes sendo necessária a existência de um planejamento.

Por fim, é válido ressaltar a importância da continuação de pesquisas nesse mesmo segmento referente ao descarte ou às outras etapas que compõe o desenvolvimento de coleções, seja em biblioteca pública, biblioteca universitária, centro de documentação ou qualquer outra unidade de informação, como forma de orientar profissionais da informação que atuam diretamente em acervos e que se sentem despreparados para tais tarefas.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Marta Dolabela Lima. Descarte. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 191- 206, jul./dez. 1988.

BACELO, Joice. Descarte: Historiadores protestam por obras jogadas no lixo. **Diário Popular**, Pelotas, sábado, 31 de mar de 2012, 20h37min. 2011. Disponível em: <<http://www.diariopopular.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?id=1¬icia=37655>>. Acesso em: 18 mar. 2012.

BRASIL. Lei n. 10753, de 31 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro, em seu art. 18º. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leis/2003/lei10753.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2012.

DANTAS, Marcelo; CAVALCANTE, Vanessa. **O bibliotecário e o descarte de materiais bibliográficos**. 2006. (Projeto de Pesquisa) – Centro de Artes e Comunicação; Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/14344563/Descarte-de-materias-bibliograficos>>. Acesso em: 28 mar. 2012.

EXTRALIBRIS. **Blog sobre Biblioteconomia para Concursos**. 2011. Disponível em: <<http://biblioteconomiaparaconcursos.com/2007/03/30/dica-do-dia-3/>>. Acesso em: 27 mar. 2012.

FERRAZ, Carmenisia. **Política de desenvolvimento de coleções da biblioteca da ESAF**. Brasília, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@** : Rio Grande do Sul. [2010]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?>>. Acesso em: 15 mai. 2012.

LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LANCASTER, F.W.; **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília: Brique de Lemos, 2004.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Intercambio; Niterói: Intertexto, 2000.

MAYRINK, Paulo Tarcísio. Expurgo de publicações em bibliotecas especializadas. **Revista Escola de Biblioteconomia UFMG**, Belo Horizonte. v.13, n.1, p.108-122, março, 1984. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000002680&dd1=3237f>>. Acesso em: 30 mar. 2012.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Biblioteca Pública: princípios e diretrizes** / Fundação Biblioteca Nacional, Coordenadoria do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. – Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Dep. de Processos Técnicos, 2000.

MOSTAFA, Solange Puntel. Política de Aquisição e Descarte: Metodologia de apoio para as Bibliotecas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 3/4, p. 179-187, jul./dez. 1981.

NUNES, Alessandra Helena da Mata; SILVA, Claudia Nery da; SILVA, Danielle Pantoja da. **Biblioteca Pública Arthur Vianna**: perfil histórico e funcional da biblioteca pública de maior destaque do estado do Pará. 2011. Disponível em: <<http://migre.me/bkQQs>>. Acesso em: 4 abr. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas 1994**. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 8 abr. 2012.

RIBEIRO, Alexsander Borges. **Bibliotecas Públicas do Brasil**: passado, presente e futuro. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande, 2008. MANUSCRITO. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17857/000718838.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 9 abr. 2012.

RIOS, Fahima. **Política de desenvolvimento de coleções**: Biblioteca da Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2007. Disponível em: <<http://www2.prsc.mpf.gov.br/conteudo/servicos/biblioteca/coletaneas/documentos/politica-selecao-fahima.pdf>>. Acesso em 16 mai. 2012.

SENADO FEDERAL. Biblioteca Acadêmico Luíz Viana Filho. **Política de Seleção e Descarte da Biblioteca do Senado Federal**. Brasília, 2007. Disponível em: <

http://www.senado.gov.br/senado/biblioteca/documentos/Politica_de_Selecao_da_Biblioteca.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2012.

SILVA, Larissa da Costa e. **Diretrizes para a política de desenvolvimento de coleções nas bibliotecas escolares**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/2980/1/2011_LarissadaCostaeSilva.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2012.

SISTEMA Estadual de Bibliotecas Públicas do RS (SEBP/RS). **Sobre o SEBP/RS**. [2013]. Disponível em: <<http://sebprs.blogspot.com.br/p/sobre-o-sebprs.html>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

SUAIDEN, Emir. **Biblioteca Pública e Informação à Comunidade**. São Paulo: Global, 1995.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. **Desenvolvimento de Coleções**. São Paulo: Polis: APB, 1989.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. **Seleção de materiais de informação: princípios e técnicas**. 3 ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2010.

VIDAL, Lúcia Helena Cunha. **Aproximações e Afastamentos**: o manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas na perspectiva das bibliotecas da grande Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22716/000740552.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 8 abr. 2012.

APÊNDICE A – Questionário

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO – ICHI CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Este questionário faz parte da pesquisa referente as atividades e políticas de descarte em Bibliotecas Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, desenvolvido pela acadêmica Camila Mourão, sob a orientação do prof. Rodrigo Aquino de Carvalho. AGRADECEMOS, IMENSAMENTE, SUA PARTICIPAÇÃO. Marque com um **X** a alternativa escolhida.

1. Nome da Biblioteca: _____

2. Município: _____
3. A biblioteca possui profissional Bibliotecário?
a) () Sim
b) () Não
4. Qual seu cargo?
a) () Bibliotecário
b) () Bibliotecário (Direção/chefia)
c) () Técnico em biblioteconomia
d) () Auxiliar de Biblioteca
e) () Outro: _____
5. Existe na biblioteca uma política (documento formal que indica diretrizes, procedimentos etc.) de descarte de materiais ou uma política de “Desenvolvimento de coleções” que contemple essa etapa?
a) () Sim
b) () Não
6. Caso a resposta anterior seja **SIM**, indique na tabela abaixo as suas principais vantagens e desvantagens.
Vantagens: _____

Desvantagens: _____

7. Caso a resposta na questão cinco (5) seja **NÃO** indique o(s) motivo(s) de ainda não possuir uma política.

8. Quais são os principais critérios utilizados para se desfazer de materiais **NÃO** mais pertinentes? (**CITE ATÉ DUAS**).
a) () Pouco uso
b) () Desatualização
c) () Danificação
(p.ex.: livros sem capa, rasgados etc.)
d) () Assunto/temática
e) () Duplicatas
f) () Espaço físico
g) () Outra alternativa: _____
9. Quem toma decisão sobre materiais excedentes/não pertinentes que devem ser descartados na biblioteca?
a) () Bibliotecário
b) () Responsável principal (diretor, presidente, coordenador)
c) () Chefe de setor
d) () Comissão formada, especificamente, para esta atividade
e) () Auxiliar
f) () Outro: _____
10. Cite os **DOIS** tipos de materiais mais descartados na sua biblioteca:
a) () Livros
b) () Revistas
c) () Livros didáticos
d) () Jornais
e) () Discos (LP /CD)
f) () Filmes (VHS / DVD)
g) () Gibis/história em quadrinhos
h) () Outros: _____
11. Quais as práticas mais adotadas em relação ao descarte de material na biblioteca? (**CITE ATÉ DUAS**).
a) () Jogar no lixo comum
b) () Jogar no lixo reciclado
c) () Enviar para outra biblioteca
d) () Guardar em depósito
e) () Doação
f) () Permuta
g) () Outra alternativa: _____

12. A lei nº. 10.753/2003, que tem por finalidade controlar os bens patrimoniais das Bibliotecas Públicas, não considera mais o livro como bem permanente. Houve aumento significativo no descarte desse tipo de material depois da lei?

- a) Sim
- b) Não
- c) Em parte
- d) Não conheço a lei

Justifique: _____

13. Já ocorreu algum caso de descarte indevido, ou seja, material que não deveria ter sido descartado?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não sei

14. Caso a resposta anterior tenha sido **SIM**, você poderia descrever, brevemente, o fato?

15. Caso você tenha alguma informação que considere relevante para essa pesquisa, e que esse questionário não tenha abordado, favor descrever.

APÊNDICE B – Lista de Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Sul situadas em Municípios com número igual ou maior que 100 mil habitantes

Bibliotecas situadas em municípios de 100 mil a 319 mil habitantes		
Município	Instituição	Endereço eletrônico
Canoas	Bib. Púb. Mun. João Palma da Silva	bibliotecacanoas@yahoo.com.br
Canoas	Bib. Comunitária Simões Lopes Neto	
Canoas	Bib. Pub. Mun. Antônio Carlos Viana	auditoriobiblioteca@gmail.com
Canoas	Bib. Pub. Mun. Rio Branco	
Canoas	Bib. Pub. Mun. Mathias Velho	subprefeitura.noroeste@canoas.rs.gov.br
Canoas	Bib. Pub. Mun. Irmão Germano	bibliotecacanoas@gmail.com
Canoas	Bib. Pub. Mun. Clodoveu Paim Gallio	auditoriobiblioteca@gmail.com
Santa Maria	Bib. Púb. Mun. Henrique Bastide	cultura@santamaria.rs.gov.br admculturasm@yahoo.com.br
Gravataí	Bib. Púb. Mun. Monteiro Lobato	bibliotecafundarc@gravatai.rs.gov.br
Novo Hamburgo	Bib. Púb. Mun. Machado de Assis	secscult@novohamburgo.rs.gov.br
Viamão	Bib. Púb. Mun. Erico Verissimo	educaçao@pmviamao.com.br
São Leopoldo	Bib. Púb. Mun. Vianna Moog	bibliotecapublica.cultura@saoleopoldo.rs.gov.br
Alvorada	Bib. Púb. Mun. Luís Fernando Veríssimo	biblioteca@alvorada.rs.gov.br
Rio Grande	Bib. Púb. Mun. Aurora Abreu Dourado	
Rio Grande	Bib. Púb. Mun. Amaury dos Santos	
Rio Grande	Bib. Púb. Infantil Monteiro Lobato	bibliomonteiro@hotmail.com
Rio Grande	Bib. Púb. Mun. Erico Verissimo	nfhfreitas@yahoo.com.br
Rio Grande	Biblioteca Rio-Grandense	contato@bibliotecariograndense.com.br
Passo Fundo	Bib. Púb. Mun. Arno Viuniski	sme@pmpf.rs.gov.br
Sapucaia do Sul	Bib. Púb. Mun. Euclides da Cunha	bpmecc@saocarlos.sp.gov.br

Uruguaiana	Bib. Púb. Mun. Luiz Guilherme do Prado	magnoliabracchini@hotmail.com
Santa Cruz do Sul	Bib. Púb. Mun. Professora Elisa Gil	educação@santacruz.rs.gov.br
Cachoeirinha	Bib. Púb. Mun. Monteiro Lobato	bpmmml@yahoo.com.br
Bagé	Bib. Púb. Mun. Doutor Otávio Santos	bibliotecabage@hotmail.com
Bagé	Bib. Púb. Infantil Profª Maria Martins Rossell	bibliotecap.bage@yahoo.com.br
Bento Gonçalves	Bib. Púb. Mun. Castro Alves	bpcastroalves@terra.com.br biblioteca@bentogoncalves.rs.gov.br
Bibliotecas situadas em municípios de 320 mil a 1.370.000 mil habitantes		
Município	Instituição	Endereço eletrônico
Porto Alegre	Bib. Púb. Mun. Josué Guimarães	bibliot@smc.prefpoa.com.br smc@smc.prefpoa.com.br
Porto Alegre	Bib. Púb. Est. Professor Romano Reif	bib_romanoreif@yahoo.com.br
Porto Alegre	Bib. Púb. Est. do Vida Centro Humanístico	vida@fgtas.rs.gov.br
Porto Alegre	Bib. Púb. Est. Lucília Minssen	bibliotecaluciliaminssen@gmail.com
Porto Alegre	Bib. Ecológica Infantil Maria Dinorah	biblioteca@smam.prefpoa.com.br
Porto Alegre	Bib. Érico Verissimo	devccnq@cedac.rs.gov.br ionicepoliveira@hotmail.com
Porto Alegre	Bib. Púb. do Estado	bpe.emprestimo@via-rs.net
Porto Alegre	Bib. Púb. Est. Lígia Beatriz Meurer	bib_ligiameurer@hotmail.com
Porto Alegre	Bib. Leverdógil de Freitas	ipdae@ipdae.org
Porto Alegre	Bib. Púb. Est. Leopoldo Bernardo Boeck	bpe.direcao@via-rs.net
Porto Alegre	Bib. Comunitária Ilê Ará	biliotecaileara@gmail.com murialdo@portoweb.com.br
Porto Alegre	Biblioteca Comunitária Bororó	bibliotecabororo@gmail.com
Porto Alegre	Biblioteca Ceprimoteca	ceprimoteca@gmail.com
Porto Alegre	Biblioteca CPIJ	biblioteca@cpij.org.br
Porto Alegre	Biblioteca Cirandar	-
Porto Alegre	Biblioteca do Atelier Livre de Porto Alegre	alivre@smc.prefpoa.com.br

Caxias do Sul	Bib. Púb. Mun. Doutor Demétrio Niederauer	bibliotecapublica@caxias.rs.gov.br
Pelotas	Bib. Púb. Pelotense	
Pelotas	Bib. Púb. Mun.	afreitas40@yahoo.com

APÊNDICE C – Estrutura do Banco de Dados

Ques	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6 VAN	Q6 DES	Q7	Q8 A	Q8 B	Q9	Q10 A	Q10 B	Q11 A	Q11 B	Q12	Q13	Q14	Q15
1	Porto Alegre	b	c	a				b	c	b	a	b	c	e	c	b		
2	São Leopoldo	a	b	b				b	c	b	a	b	c	e	c	c		
3	Caxias do Sul	a	a	a				b	c	a	a	b	b	e	c	b		
4	Rio Grande	a	a	a				a	c	a	b	d	b	c	b	b		
5	Bagé	a	a	b				b	c	e	a	b	d	g	b	c		
6	Santa Cruz do Sul	a	b	a				b	f	f	c	d	c	e	b	b		
7	Uruguaiana	a	a	b				b	c	d	b	c	c	d	c	b		
8	Rio Grande	a	a	b				a	b	a	a	d	b	e	b	c		
9	Canoas	a	b	b				b	c	a	a	d	c	e	a	b		
10	Novo Hamburgo	a	b	b				b	c	a	b	c	c	e	d	c		
11	Pelotas	a	e	b				b	c	b	b	c	b	e	d	b		
12	Porto Alegre	b	d	b				a	e	e	a	b	f	g	d	c		
13	Gravataí	a	a	b				b	c	b	b	c	b	e	a	b		
14	Canoas	a	d	b				c	e	a	a	c	c	d	b	b		
15	Rio Grande	a	a	a				c	e	b	a	b	c	d	b	b		
16	Porto Alegre	a	b	a				b	c	a	a	b	c	e	b	b		
17	Canoas	a	b	b				a	e	b	b	c	c	d	d	b		
18	Cachoeirinha	a	b	a				b	c	a	b	d	b	e	b	b		
19	Porto Alegre	a	a	b				b	c	b	a	b	d	e	b	b		
20	Porto Alegre	a	e	b				c	e	b	a	d	c	g	b	b		
21	Passo Fundo	b	e	b				b	e	c	b	c	b	e	d	b		
22	Bento Gonçalves	a	e	a				b	c	b	b	c	e	f	c	b		

APÊNDICE D – Tabulação das questões abertas

Questão 4 – Qual seu cargo? e - outro

Biblioteca	Resposta
11	Relações Públicas
20	Coordenadora
21	Coordenadora
22	Coordenador

Questão 6 – Vantagens e desvantagens da existência de políticas nas bibliotecas.

Biblioteca	Vantagens	Desvantagens
6	Melhor aproveitamento do espaço físico; Valorização das obras pertinentes; Foco no público alvo.	
15	Promover a disponibilização de acervo em outras bibliotecas.	
16	Consiste na tomada de decisão; Padronização dos critérios.	Não há, pois sempre é possível uma alteração nos procedimentos.
18	Uniformidade das decisões.	Necessidade de revisão periódica da política.
22	Estruturação da biblioteca para a facilitação de pesquisa, principalmente a renovação do acervo.	

Questão 7 – Motivos de ainda não possuir uma política.

Biblioteca	Resposta
9	Planejamos implantar uma Política de descarte em 2013
10	Ainda não existe documento formal e não conseguimos formá-lo por uma série de fatores, colocar este assunto em pauta no município.
11	Não existe aqui documento formal, mas existe critério para o descarte do livro didático.
12	Até pode existir, mas eu desconheço tal política, nunca foi citado algo a respeito.
13	Na realidade a política existe, mas não foi formalizada em documento.
19	Não foi dado prioridade na confecção do documento formal de procedimentos, pois os critérios informais adotados para o descarte atendem a demanda.

20	Até então eu não sabia que existia este tipo de documento. Acho que seria muito importante termos este documento, para que futuramente quando outras pessoas assumiram este trabalho, possam usar os mesmos motivos na hora de descartar um livro. Para que não haja descartes equivocados.
21	Porque a biblioteca não possui um profissional qualificado para tal atividade.

Questão 9 – Quem decide sobre descarte de materiais excedentes/não pertinentes da biblioteca? f - outra alternativa

Biblioteca	Resposta
6	Especialista do assunto em questão.

Questão 11 – Práticas mais adotadas em relação ao descarte de matérias na biblioteca? g – outra alternativa

Biblioteca	Resposta
5	Se a SMED não tem interesse, o material vai para o Sebo.
12	Venda para papel velho.
20	Enviamos para reciclagem. Lá eles poderão até mesmo reaproveitar alguns livros, mas jogar no lixo nunca.

Questão 12 – Houve aumento significativo no descarte de livros depois da criação da lei? Justifique.

Biblioteca	Resposta	Justifique
6	Não	A maior parte de livros descartados é de doações, antes de serem cadastrados.
10	Em parte	Antes da lei já descartávamos material muito danificado ou desatualizado, mas agora temos mais liberdade para descartar aqueles materiais que julgamos não serem mais utilizados.
13	Sim	A lei trouxe mais segurança para o descarte.
20	Não	Mesmo que um livro não seja um bem permanente o descarte por nenhum motivo não se faz necessário, só quando esteja em situação muito precária.
22	Em parte	O sistema de descarte na Biblioteca é muito criterioso e analisável. Somente doamos ou permutamos quando, de fato, comprova-se a troca e/ou substituição por material compatível.

Questão 15 – Alguma informação que considere relevante para a pesquisa.

Biblioteca	Resposta
12	Nossa biblioteca vive de doações e vendas de papéis velhos, que efetuamos, com isso compramos novos livros para a mesma. O estado diz não disponibilizar de verbas para as bibliotecas e assim sendo, seus funcionários tentam fazer o seu melhor para que essas instituições continuem funcionando.

ANEXO A – Descarte na Biblioteca Pública de Pelotas

Obscuras eleições na Biblioteca Pública

CASO BIBLIOTECA

Terça-feira, 27 de dezembro de 2011

Beatriz Ana Loner

Professora da Universidade Federal de Pelotas
Departamento de História e Antropologia

Estou escrevendo esta mensagem para expressar minha indignação com a continuidade das ações, no mínimo equivocadas, por parte da direção da Biblioteca Pública Pelotense. Não contente em patrocinar um escândalo de porte nacional em relação à sua negligência com o acervo ainda neste ano, com o “descarte” de livros e jornais muito antigos das coleções aos seus cuidados, sob o pretexto de que estavam em péssimo estado de conservação (fato negado por quatro solitárias, mas preciosas fotos que mostram parte do acervo levado em carroças para uma conhecida loja de livros usados da cidade), a direção da Biblioteca volta à carga agora, tentando garantir continuidade de suas ações para os próximos quatro (!) anos, com uma eleição para diretoria convocada bem no meio das festas de Natal e Ano Novo.

A atual direção finalmente resolveu chamar eleições para nova diretoria – mas escolheu para isso o momento em que todos seus sócios e demais interessados na preservação da memória da cidade estão envolvidos com o recesso de fim de ano ou entrando em férias.

Além disso, o prazo de inscrição de chapas, que sempre foi maior, ficou restrito a uma semana, provavelmente para desencorajar o surgimento de outras candidaturas, asfixiadas por um calendário sem sentido e pela indiferença da maioria.

Que legitimidade espera ter esta nova diretoria, a ser eleita de forma tão apressada e sem discussão sobre os rumos da biblioteca?

O que se pode esperar de uma diretoria que até agora demonstrou cuidar muito mais dos aspectos exteriores do prédio e de sua volta ao circuito de festas e promoções de elite do que da preocupação com a integridade do acervo histórico e documental de que é guardião?

O pior mesmo é que a sociedade pelotense, ainda impactada pelos eventos de meados deste ano, pode ter que suportar mais uma diretoria como esta, sem compromisso com a preservação histórica, a não ser daqueles constituídos por belos e chamativos prédios, que talvez despertem saudades atávicas em algumas das figuras de nosso meio, mas que não se comparam, em termos de preservação, à riqueza e preciosidade dos detalhes que estão

(e estavam) contidos pelos jornais, pelos livros e demais objetos e itens do cotidiano que o prédio contém.



Livros e documentos descartados pela Biblioteca Pelotense em Junho de 2011



Livros e documentos descartados pela Biblioteca Pelotense em Junho de 2011



Livros e documentos descartados pela Biblioteca Pelotense em Junho de 2011

Protocolei uma denúncia (no Ministério Público, ao procurador Paulo Charqueiro) sobre o caso dos inúmeros volumes de jornais jogados no lixo, sobre livros descartados e que agora estão sendo vendidos em sites na internet, mas até aqui não tive resposta.

Como sócia da biblioteca e sua colaboradora por muitos anos, inclusive tendo integrado outras diretorias, mas, principalmente, como professora e profissional da área de história, busquei saída para esta situação.

Contudo, até agora, não tive resposta de minhas denúncias, nem foram ouvidos colegas que testemunharam a saída dos volumes de jornais da biblioteca.

Com exceção dos que me acompanharam nesta empreitada, ainda não vi a sociedade ou seus representantes protestarem contra estas ações que incidem diretamente sobre seu patrimônio, pois se deve considerar que a Biblioteca é a depositária da maior parte da documentação privada e pública que existe na cidade.

Francamente, há muito que estudo a história de Pelotas e sei que seus “pais fundadores” de que tanto se vangloriam os descendentes não aprovariam o silêncio das famílias pelotenses com seu patrimônio documental, nem aceitariam passivamente estas eleições sem transparência, pois marcadas pela pressa e até contra o seu estatuto, que ainda *deve* estar

em vigor - pois, entre os sócios, nunca se soube de assembléia geral para modificá-lo, como a atual diretoria tem proclamado que foi feito.

Reitero: isso pode comprometer seriamente os próximos anos desta instituição – e, de quebra, o patrimônio da cidade.

Como estou me despedindo de Pelotas, cidade que me acolheu por longo tempo, lamento que todo o esforço de inumeráveis personagens pelotenses, que criaram esta casa de cultura e a sustentaram por mais de um século, esteja agora em mãos tão despreparadas e, pelo menos para que não passe em branco, deixo aqui o meu protesto.

Abaixo o texto do edital publicado no DP

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A diretora presidente da BPP, Lisarb Crespo da Costa, no uso de suas atribuições e na forma das disposições estatutárias, convoca os senhores associados, para Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se em suas dependências, sito à Praça Coronel Pedro Osório, nº 103, no dia 28 de dezembro de 2011, às 19h, em primeira convocação, e às 19:30 min, em segunda convocação.

Ordem do dia:

- Eleição e posse do Conselho diretor e Conselho Fiscal.

Pelotas, 20 de dezembro de 2011.

Fonte: Amigo de Pelotas.com

Disponível em: <http://www.amigosdepelotas.com/2011/12/obscuras-eleicoes-na-biblioteca-publica.html>

ANEXO B – Descarte de materiais na Biblioteca Pública de Maringá

Descarte de livros da biblioteca de Maringá será investigado em sindicância

Rosângela Gris com assessoria
09 de agosto de 2012

A Prefeitura de Maringá afastou uma servidora pública e instaurou uma sindicância nesta quinta-feira (9) para investigar a denúncia de descarte irregular de livros, livretos, revistas, jornais e outros impressos que estavam no prédio da antiga biblioteca pública. Uma comissão foi formada para apurar a responsabilidade da funcionária no destino do material que foi enviado à uma empresa particular, um procedimento ilegal e não usual na administração pública.

Por meio da assessoria de imprensa, a prefeitura informou que o material inservível descartado não fazia parte do acervo da Biblioteca Pública Municipal. Ainda segundo a administração, os livros didáticos, revistas e jornais haviam sido doados e estavam desatualizados e em péssimo estado de conservação, alguns deles, inclusive, com fungos nocivos à saúde. O descarte desse material, segundo a assessoria da prefeitura, é previsto inclusive no Termo de Doação assinado por doadores, que em seu item terceiro explica que "a Biblioteca fará uma seleção das doações e o material que estiver em estado irrecuperável ou obsoleto será repassado para o processo de reciclagem de papel". Já o item quarto diz que "os materiais em bom estado de conservação, mas não necessários às Bibliotecas Municipais (duplicatas) serão colocados à disposição de outras instituições".

A prefeitura esclareceu ainda que a Biblioteca Municipal conta com uma comissão de avaliação dos materiais recebidos em doação, que quando não são incorporados ao acervo por já existirem volumes em número suficiente, são oferecidos a outras instituições públicas, um procedimento periódico previsto na Formação e Desenvolvimento de Coleções (FDC) e adotado inclusive na Biblioteca Nacional. O material enfocado na denúncia era destinado ao descarte – apesar de espaço disponível para ele na nova biblioteca -, sobra de doações rejeitadas que ficou no prédio da antiga biblioteca depois da transferência de todo o acervo para o novo prédio, na Avenida Horácio Raccanello 6.090, amplas instalações climatizadas inclusive com espaço para aumento do número de livros à disposição dos maringaenses, com novas coleções já sendo adquiridas.

Fonte: O diário.com

Disponível em: <http://maringa.odiario.com/maringa/noticia/592765/descarte-de-livros-sera-investigado-em-sindicancia/>

ANEXO C – Questionário de pesquisa elaborado por Dantas e Cavalcante

Biblioteca _____
Informante _____ Cargo _____

1. Existe, de maneira formal, uma política de descarte de materiais bibliográficos/não bibliográficos nesta biblioteca?

2. Você acha que a política/prática de descarte de sua biblioteca é eficaz? Indique as vantagens e desvantagens?

3. Quem é o responsável pelo descarte de materiais nesta biblioteca?

4. Como é realizado na prática o descarte de materiais nesta biblioteca? Quais são os critérios adotados?

5. Qual a política/prática adotada em relação às duplicatas de material?

6. Já ocorreu algum caso de descarte de material importante para a biblioteca? Qual a atitude tomada?

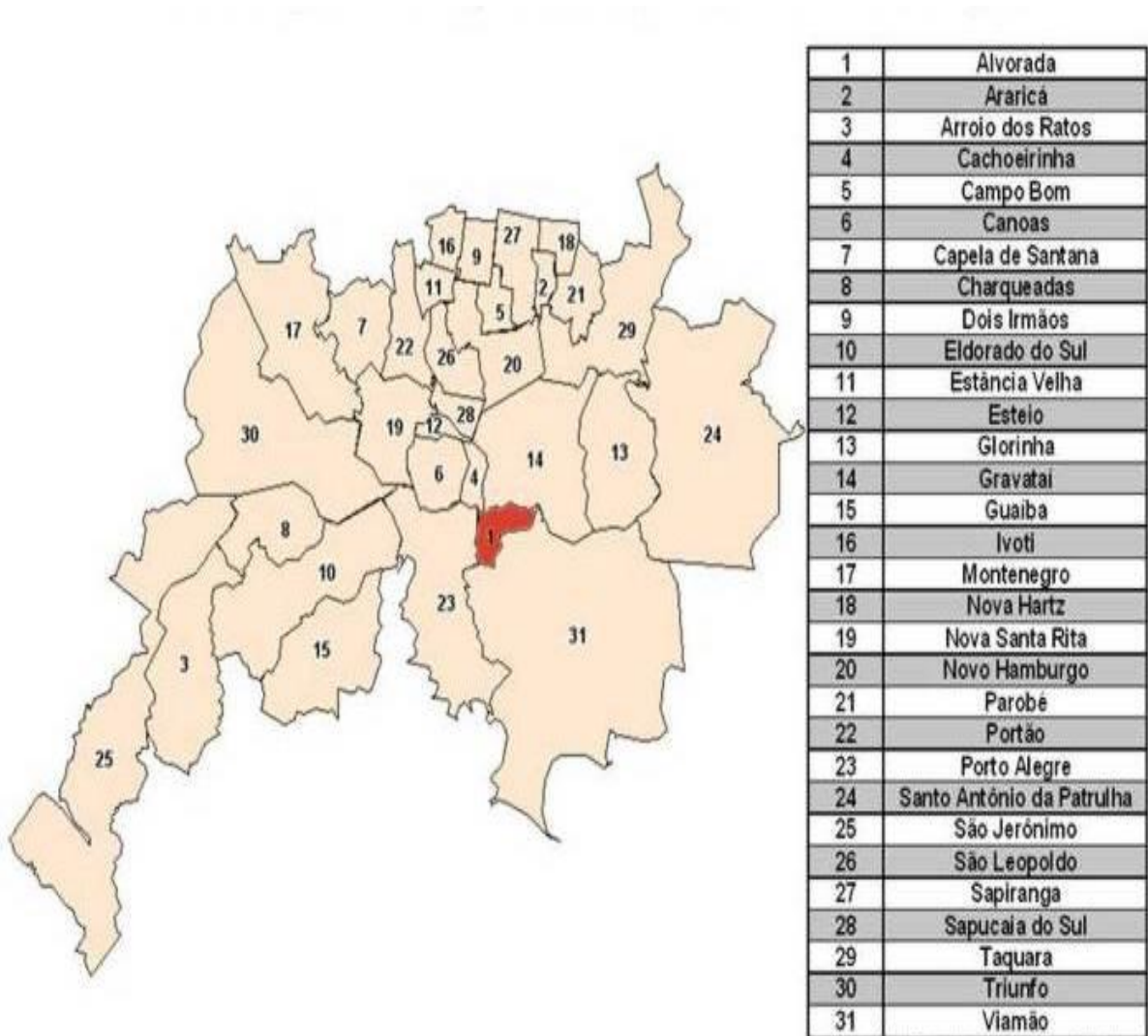
7. Qual é o tipo dos materiais recebidos por doações que não podem ser utilizados nesta biblioteca?

8. Qual é a procedência das doações de materiais nesta biblioteca?

9. Existem falhas na política/prática de descarte de materiais nesta biblioteca?

10. Você tem sugestões em relação a uma política de descarte e de recebimento de doações de materiais para esta biblioteca?

ANEXO D – Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE